



Biblioteca Breve

SÉRIE LITERATURA

OS LIVROS DE VIAGENS EM PORTUGAL
NO SÉCULO XVIII
E A SUA PROJECÇÃO EUROPEIA

COMISSÃO CONSULTIVA

JOSÉ V. DE PINA MARTINS
Prof. da Universidade de Lisboa

JOÃO DE FREITAS BRANCO
Historiador e crítico musical

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA
Prof. da Universidade Nova de Lisboa

JOSÉ BLANC DE PORTUGAL
Escritor e Cientista

HUMBERTO BAQUERO MORENO
Prof. da Universidade do Porto

JUSTINO MENDES DE ALMEIDA
Doutor em Filologia Clássica pela Univ. de Lisboa

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO

ÁLVARO SALEMA

CASTELO BRANCO CHAVES

Os livros de viagens
em Portugal
no Século XVIII
e a sua projecção
europeia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Titulo

**Os livros de viagens em Portugal
no Século XVIII
e a sua projecção europeia**

Biblioteca Breve / Volume 2

1.^a edição — 1977

2.^a edição — 1987

Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
Ministério da Educação

© *Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*

Divisão de Publicações

Praça do Príncipe Real, 14 -1.º, 1200 Lisboa

Direitos de tradução, reprodução e adaptação
reservados para todos os países

Tiragem

3 500 exemplares

Coordenação geral

Beja Madeira

Orientação gráfica

Luis Correia

Distribuição comercial

Distribuidora de Livros Bertrand, Lda.

R. das Terras dos Vales, 4-A, cave

Venda Nova • 2700 Amadora

Composição e impressão

Officinas Gráficas da Minerva do Comércio

de Veiga & Antunes, Lda.

Trav. da Oliveira à Estrela, 10 – Lisboa

Setembro 1987

ÍNDICE

	Pág.
O Tema – de Relance.....	6
Os Autores, as Obras e as Circunstâncias	12
Refutações, Emendas, etc.....	23
O Argueiro e a Tranca.....	30
A Imagem de Portugal	39
O País.....	40
O Homem e a Mulher.....	45
A Índole e o Carácter dos Portugueses.....	50
A Divulgação Didáctica	54
Reflexos em Portugal no Século XIX.....	59
Colectânea de Alguns Trechos Elucidativos	66
Bibliografia Sumária.....	88

O TEMA – DE RELANCE

Robert Southey, numa carta a Miss Barker, dizia-lhe: «Fazes bem em ler livros de viagens, que são quase os únicos livros modernos dignos de leitura». Isto, que o poeta escrevia no ano de 1805, manifesta quanto, ainda nos alvares do século XIX, se conservava vivo o prestígio de um género literário que tivera a maior preferência e a vulgarização da moda durante toda a segunda metade da centúria de setecentos, particularmente em Inglaterra. Em França foi o abade Prévost, com a sua colaboração na *Histoire Générale des Voyages*, começada a publicar em 1746, quem desencadeou o interesse por este género literário. Na leitura desta obra, que obtivera um êxito enorme, não obstante a frequência com que a fantasia substituía a realidade, ou talvez por isso, o mundo, no espírito do leitor, alargava-se e aparecia-lhe mais enriquecido. O *tempo* e o *espaço*, que quase haviam sido suprimidos pelo ideal clássico, passavam a assumir aspectos maravilhosos que alimentavam a imaginação e desvendavam a diversidade humana. Os livros de viagens passaram

desde então, gradualmente, a rivalizar com as novelas, acentuando-se em breve a preferência por eles.

As predileções recaíam especialmente nos livros que descreviam países desconhecidos e revelavam os costumes exóticos de outras gentes. Esse exotismo, muito acomodado ao gosto da Europa francesa, extravazava até da literatura; as *chinoiseries* ornamentais de Jean Pillement, os móveis lacados de Dufour, são bem um índice da divulgação do exótico e dão a medida da sua irrealidade.

É certo que essas fantasias não prejudicavam a leitura dos livros de viagens mais sérios, como a *Voyage autour du Monde* de Anson e os relatos das expedições de Cook e de Bougainville que apaixonavam os leitores de diversos níveis de cultura.

De resto, no século XVIII viajou-se muito pelo simples interesse de conhecer outras terras e outras gentes, diferentes leis e diversos costumes. Não são só os diplomatas e os doentes que se deslocam no globo, uns enviados pelos seus governos, outros pelos seus médicos; agora viajam também os artistas e os escritores, os filósofos e os naturalistas, os ricos curiosos e os nababos enfastiados. Alguns dos viajantes estrangeiros que escreveram sobre os portugueses, uma das pechas culturais que lhes apontavam era a de não viajarem. Viajarem pela Europa quereriam eles ter dito, pois logo informavam que o português só saía da pátria para ir ao Brasil, à África e às Índias orientais – o que, aliás, para exotismo bastava e dava sobra. Somente, sob este aspecto, os portugueses foram mais exportadores dos costumes da sua terra do que importadores de exotismos, que eles consideravam bárbaros.

O francês, o inglês, o alemão que não podiam viajar liam livros de viagens. Assim, nas literaturas europeias setecentistas, com exceção das de língua portuguesa e castelhana, os livros de viagens abundavam e sucediam-se.

Os filósofos e os enciclopedistas aproveitaram os testemunhos dos viajantes em ilustração das suas teses e reforço dos seus argumentos, tendentes ao abalo dos princípios racionais em que a sociedade vivia organizada. A variedade de crenças, a multiplicidade de religiões, a diversidade moral, as diversas formas de governar e de os homens se constituírem em sociedades, o «bom selvagem», ajudavam os filósofos a minar a Autoridade, consubstanciada na Igreja Católica e na instituição monárquica.

Neste crescente e cada vez mais amplo movimento literário, sob os signos do exotismo, da crítica e do ataque aos malefícios do obscurantismo do dogma e do Poder autoritário, começaram a destacar-se com particularidade os livros dedicados às jornadas e permanências na Península Ibérica.

No geral, os viajantes entravam em Espanha já com ideias preconcebidas. Vinham, por assim dizer, colher exemplos que confirmassem e ilustrassem as suas teses, todas elas anteriores à observação e à análise. Compunham assim o quadro de duas nações supersticiosas, fanáticas, atrasadas, bárbaras e ridiculamente ignorantes, onde imperavam o clero e dois reis absolutos. Fiados em Voltaire, em Montesquieu, em D'Argens, em La Harpe, que nunca haviam passado os Pirinéus, confirmavam que para cá desses montes governava a Inquisição e um clero ignaro

dominava os reis e mantinha o fanatismo dos povos. Aqui, nos dois países da Espanha, mantinham-se praticamente íntegras a ordem que a autoridade real sustentava, a crença nos dogmas, o poder absoluto e a certa ciência dos monarcas – conjunto de alvos excelentes para os protestantes e para os filósofos deístas ou simplesmente ateus. Na verdade, a maioria dos livros de viagens na Península que foram publicados no século XVIII participam dos dois combates que então se travavam na Europa: pela supremacia do Protestantismo, destacadamente nos três primeiros quartos do século; e pela abolição dos governos monárquicos absolutos, em particular no último quarto do século, sob inspiração maçónica.

Os costumes e o estilo de vida das classes populares eram também – apesar dos dois países estarem inseridos na Europa – considerados como um manancial de exotismo, não sendo tidos como europeus. Eram, como então se dizia de tudo o que era obsoleto e rude: *góticos*. O presidente de Brosses, numa das suas deliciosas cartas de Itália, objurgava dos povos peninsulares: «Mais ces barbares Espagnols que je regarde comme les goths modernes...».

Ainda no século XIX, Henri Martin, que estava em Portugal por ocasião do Congresso Antropológico celebrado em Lisboa no ano de 1880 registava: «Portugal é exactamente a região da Europa onde o erudito, por muito que se encerre na sua ciência, há-de por força abrir os olhos bem abertos sobre tudo quanto o rodeia, porque o presente é aqui tão curioso, e quase tão diferente dos nossos costumes, como o podiam ser os das idades antigas». Destes costumes obsoletos, mas

arreigados, em que havia muito de mau mas também alguma coisa de bom, se queixava Verney: «Sei que a maior parte dos homens vive mais satisfeita dos estilos e singularidades do seu país; mas não sei se há quem requinte este prejuízo com tanto excesso como os Espanhóis e Portugueses» (*Verd. Mét. de Est. – Ed. 1746 – 1.º vol. pp. 281-282*).

Os livros de viagem em Portugal com aceitação europeia – e quando dizemos «europeia» queremos significar nos países mais cultos da Europa – só verdadeiramente começam a ter de ser considerados, para os efeitos deste ensaículo, a partir do terramoto de 1755. Lisboa em ruínas tornou-se um centro de atracção da curiosidade europeia. Os Protestantes aproveitaram o cataclismo para o apontarem como um castigo de Deus contra a idolatria e superstição dos portugueses. Assim, nos fins do século XVIII, as viagens a Portugal estiveram na moda em Inglaterra. O historiador brasileiro Oliveira Lima considerou, na sua obra *Aspectos da Literatura Colonial Brasileira*, os livros dos viajantes estrangeiros no tempo em que reinava D. Maria I, como um género especial inserido na literatura de viagens, constituindo um dos principais elementos de caracterização para o Portugal de então. Afigurou-se-nos que, quanto a esta última opinião há que distinguir: Portugal não foi caracterizado por esses viajantes, já não diremos rigorosamente, mas pelo menos com incontestável flagrância. O conceito anterior à observação, as ideias preconcebidas, falsearam em muitos casos a fisionomia social do português dessa época. Por outro lado a relativamente curta permanência da maioria desses viajantes, a sua ignorância da língua portuguesa, não lhes

permitiram conhecer o país em extensão e a gente portuguesa com suficiente intimidade, por forma a poderem dar uma imagem autêntica do país e da sua gente.

No conjunto, os livros de viajantes estrangeiros em Portugal nos fins do século XVIII constituem certamente um elemento para a caracterização do povo português, mas só depois de criticamente expurgados do que neles ficou de tendencioso e improvisado, quando não propositadamente mentido. Na maioria dos casos, o que puderam observar na população de Lisboa generalizaram-no ao povo de todas as províncias; e as notícias da terra, quer nos aspectos da sua exploração, quer nos da sua beleza, ficaram limitadas ao que se lhes deparou pelo caminho de cidade para cidade ou em direcção à fronteira, quando iam de abalada. Num tempo em que se viajava e havia viajantes e não *turistas*, as suas observações no interior do país são mais de *turista* de hoje do que de viajantes do século XVIII.

Por altura das nossas lutas liberais, já a imagem que de Portugal havia na Europa era diferente daquela que os livros dos viajantes estrangeiros de setecentos haviam divulgado. Os livros e os autores estavam quase esquecidos, se não olvidados de todo; e até as maravilhosas obras de Beckford sobre Portugal, só então publicadas, não tiveram grande audiência nem despertaram o interesse que mereciam.

É curioso, porém, que à medida que essa denegrida imagem de Portugal se ia desvanecendo na Europa, começava a vigorar em Portugal, principalmente na segunda metade do século XIX e, em especial, quando o

ataque à monarquia e à Igreja no que nelas restava – muito pouco – de autoridade e de dogma, passou a ser feito dentro da pequena casa lusitana.

OS AUTORES, AS OBRAS E AS CIRCUNSTÂNCIAS

Quem tiver lido os livros que sobre Portugal escreveram Baretto, Dumouriez, Dalrymple, Carrère, Twiss, Link, Southey e Ruders, bem como a *Voyage du Ci-Devant Duc du Châtalet en Portugal* e os *Sketches of Society and Manners in Portugal*, obra que apareceu autorizada com o nome de Arthur William Costigan, pode dizer que tomou conhecimento das principais obras que no final do século XVIII concorreram para a formação da imagem de Portugal que ficou corrente na Europa e que o português, depois de passado um século, aceitou como a vera efigie do seu país.

Em 1762 aparecia, editado em Milão, o primeiro volume das *Lettere Familiari di Giuseppe Baretto à suoi tre fratelli Filippo, Giovanni e Amadeo* (o segundo volume seria publicado em Veneza no ano de 1763). A maior divulgação desta obra só se fez pela edição inglesa, conforme a tradução publicada em 1770 sob o título *Journey from London to Genoa, through England, Portugal, Spain and France*. No prefácio da edição inglesa, Baretto confessa que a sua obra foi condicionada pelos conselhos do Doutor Johnson: «Foi ele quem me persuadiu a que diariamente escrevesse o que vi, sem omitir os pormenores mais insignificantes; foi ele que

me indicou os assuntos que mais podiam satisfazer à curiosidade e ao agrado do futuro leitor». No entanto, a edição inglesa está expurgada dos juízos e expressões mais agressivas para Portugal – pois, quando a obra apareceu em italiano, o embaixador português Freire de Andrade protestou. E não só o editor se recusou a publicar o seguinte volume das Cartas, mas as próprias autoridades se dispuseram a impedir a circulação do livro. Baretto resolveu então ser mais comedido.

As cartas que Baretto escreveu aos manos durante a sua estadia em Portugal são notáveis e valiosas como documento informativo, dada a fidelidade da descrição e a flagrância dos aspectos superficiais. O que delas logo ressalta é uma displicência para tudo o que era cultura e arte neste canto da Europa: «A ciência portuguesa nunca esteve em moda onde quer que fosse e provavelmente assim será sempre». E só Camões e D. Jerónimo Osório lhe merecem consideração nas letras portuguesas.

Baretto foi o viajante por excelência, sem outro intuito que não fosse o de se divertir, informar, ver outras gentes e outras coisas, costumes diferentes dos que já conhecia e colher elementos para redigir um livro que satisfizesse ao Doutor Johnson. Neste desejo de agradar ao mestre se justifica, em parte, o mal que diz dos portugueses, em generalizações apressadas e frequentemente em queixas que, com boa fé, não deviam ter ido tão longe.

Com outro móbil, Dumouriez atravessou a Espanha e veio a Portugal: vinha em missão de espionagem, tal como ela se praticava então, na Europa do século XVIII. «Enveredou, escreveu Michelet acerca

de Dumouriez, pelas vias tortuosas, ao serviço da diplomacia particular que Luís XV mantinha a ocultas dos seus ministros, diplomacia secreta e equivocadamente honesta, com certos ares de espionagem».¹ Embora, porém, Dumouriez tivesse praticado uma espionagem «en dentelles», o marquês de Pombal, então apenas conde de Oeiras, pô-lo fora do país, como também o fez a Gorani.

Dumouriez foi homem de múltiplos talentos, sem prejuízo do predominante: o militar; e, por isso, o livro que publicou em 1766 – *État présent du Royaume de Portugal en l'année 1766*, reeditado com acrescentos e emendas em 1796, ficou entre os livros de viagens em Portugal consagrado pela informação e pelo comentário. Na segunda edição, Dumouriez confessou desta maneira o critério que adoptara para a elaboração do livro: «Retratei os portugueses tais como os vi no seu conjunto. Em toda a Europa, principalmente de há um século para cá, a alta nobreza, as cortes e, de uma maneira geral, o que se chama a boa-sociedade têm em toda a parte a mesma feição. Não é portanto aqui que há a observar. A sua educação, a sua maneira de ser, descaracterizam-na. Uma espessa camada de cortesia uniformiza e portanto descaracteriza os seus costumes. É na classe média da nação, na pequena nobreza, na boa burguesia, no homem de leis, no comerciante e, principalmente, no camponês que se encontram patentes os costumes, os hábitos, os usos, os preconceitos, as virtudes e os vícios, o progresso ou o atraso da instrução social. Quanto à população, essa é sempre a mesma, seja onde for e em qualquer tempo».²

Dumouriez estanciou em Portugal durante mais de um ano, treze meses à justa; e, dada a missão de que se desempenhava, furou por toda a parte em busca de informes. Ele próprio confessou ter reconhecido a necessidade de permanecer muito mais tempo no país para bem conhecer os costumes e o carácter do povo português. Em 1766, Dumouriez considerava o seu livro como uma revelação: «Verifico com surpresa e com satisfação que a minha obra tem o mérito da novidade e que este reino é muito pouco conhecido». E acusou os ingleses, «os mais penetrantes observadores da humanidade», de só conhecerem de Portugal as cidades de Lisboa e do Porto, e essas mesmas só como comerciantes.³

Outro homem notável que veio a Portugal como sábio mas, na realidade, como espião, foi Don José de Cornide y Saavedra, figurão de muitas partes na arqueologia, na história e nas letras, académico erudito. Acidentalmente, foi encarregado por Godoy de vir disfarçadamente, a pretexto de missão arqueológica, espionar o estado defensivo do país e a sua situação interna. Escreveu então uma obra vasta e pormenorizada, *Estado de Portugal en el año de 1800*, que só muito mais tarde foi publicada no volume XXVIII do *Memorial Histórico Español*. A sua informação é rigorosa; e as impressões subjectivas e pitorescas relegou-as para as cartas que escreveu a Ayllon y Gallo, outro erudito, publicadas em 1947 por Fidelino de Figueiredo.⁴

Pela sua natureza, e porque Cornide y Saavedra, ao contrário de Dumouriez, nunca publicou o seu trabalho, o *Estado de Portugal en el año de 1800* não teve qualquer

influência ou efeito de acentuação ou retoque na imagem que se formara de Portugal. Teve, porém, para franceses e espanhóis, a grande utilidade de os auxiliar nas operações militares da invasão de Portugal em 1807.

A obra «*Voyage du Ci-Devant Duc du Châtelet en Portugal*» tem de ser considerada como anónima, pois nenhuma das autorias que lhe têm sido atribuídas ficaram provadas. A obra apareceu em 1789, tendo sido reeditada em 1801. O seu autor, fosse ele quem tivesse sido – provavelmente Desoteux, que, como chefe dos *chouans*, adoptou o nome de Comartin – demorou em Portugal o tempo suficiente para relançar a vida portuguesa e se informar, em encontros de acaso, do que não pôde ver. Somos levados a supor que também este livro representa substancialmente um relato de espionagem que o editor, ou quem lhe propôs a edição, encontrou, durante a Revolução, nos arquivos do Estado. O duque du Châtelet nunca esteve em Portugal; e de Desoteux não há notícias de ter estado no país. A diplomacia secreta de Luís XV deixou abundantes documentos desta espécie e as censuras à aliança anglo-lusa, a apologia da política francesa em Portugal e os ataques à Inglaterra denunciam uma parcialidade suspeita.

William Dalrymple, quando oficial da guarnição de Gibraltar, aproveitou não estar longe para dar à Espanha e a Portugal a honra da sua visita. Percorreu Portugal no ano de 1774, entrando por Valença. A leitura do seu livro chega a dar a impressão de que o homem veio aqui inspeccionar os oficiais ingleses que

depois da campanha de 1762 ficaram ao serviço de Portugal. As conversas com os seus camaradas e compatriotas por certo concorreram muito para o mal que ele disse do nosso país e da nossa gente. *Travels Through Spain and Portugal, in 1774; with a short account of the Spanish expedition against Algiers in 1775*, publicado em 1777, é manifestamente um dos livros mais detractores de Portugal.

Pior só o livro *Sketches of Society and Manners in Portugal*, que foi publicado em 1787 como tendo sido escrito por Arthur William Costigan. Aquilino Ribeiro descobriu o autor acobertado com este pseudónimo. Trata-se do coronel Diogo Ferrier, que em 1778 deixou compulsivamente o exército português. Este Ferrier foi homem de carácter dúbio. Maria Luisa de Valleré, no livro que publicou em memória de seu pai, diz dele (a identificação estava denunciada neste livro, de pp. 208 a 230): «É o verdadeiro autor das sobreditas cartas, o qual, pelo mau carácter moral e opiniões religiosas, foi constrangido a largar o comando do regimento de artilharia do Minho e a sair de Portugal no primeiro ano de reinado de S. M. que D. G.»⁵

De seu mau carácter, das opiniões heréticas, de ter sido expulso do exército, azedou-se-lhe o ânimo em relação a Portugal, ficando o livro vinculado a todos os seus despeitos. O quadro resultou pitoresco, excessivamente em muitos lances, e foi largamente aproveitado por todos aqueles que quiseram desacreditar o nosso país. Link, considerou *ridículas* certas páginas destes *Sketches*. Maria Luisa de Valleré, que o conheceu, depõe: «Este homem, para exalar o veneno que lhe roía o coração contra o Governo e a

nação portuguesa, dos quais se considerava ofendido, serviu-se de um nome suposto para merecer mais crença e soltar livremente as rédeas à sua maledicência, escrevendo um amontoado de calúnias e vitupérios contra a nação em geral e, em particular, contra todos aqueles que tiveram a desgraça de serem dele conhecidos».⁶

Entre os forasteiros mais mal-dizentes destaca-se J. B. F. Carrère com o seu livro *Tableau de Lisbonne en 1796*. Emigrado em Portugal, para onde fugira de França durante o regime do Terror, veio a ter contas com o intendente Pina Manique, para quem todo o francês era um jacobino. Entre as muitas queixas que dizia ter do governo português, avultava a da protecção que era dada aos emigrados que serviram a Revolução no seu começo, e dos rigores de que eram vítimas os que haviam sido fiéis à realeza, como era o seu caso. Com esta disposição e propósito de desforra satirizou e disse mal de tudo quanto viu e ouviu, o que, aliás, não prejudicou o pitoresco e animadíssimo quadro que traçou da vida lisboeta.

Richard Twiss, que desembarcou em Lisboa em meados de Novembro de 1772, lugar de Portugal onde mais tempo permaneceu, apenas fazendo rápidas excursões aos arredores – Mafra, Sintra, Queluz – era personagem de boa posição social, gentil-homem na corte do seu país e membro da Sociedade Real. No caminho para a cidade do Porto deu uma vista de olhos por Alcobaca e pela Batalha e passeou por Coimbra. O seu livro intitula-se *Travels Trough Portugal and Spain, in 1772 and 1773* e apareceu ornado com seis magníficas

estampas. Twiss era um daqueles homens que se julgam mais que suficientes em tudo o que respeite a Letras e Artes. Olhou de alto para Portugal e ainda de maior altura para os portugueses. Em estreitas relações com as colónias inglesas de Lisboa e do Porto, os seus juízos foram fortemente influenciados pelos compatriotas que aqui viviam, muito bem tratados pelos portugueses e a dizer deles o pior que podiam. Baretto tratou o livro de Twiss com excessivo rigor e ao autor o menos que lhe chamou foi idiota. Uma viajante inglesa, Miss Janet Shaw, que visitou Lisboa em 1776, no interessante relato da sua viagem em terras lusas – Açores, Setúbal e Lisboa – a propósito da capital portuguesa anota, de passagem: «Mr. Twiss diz muita coisa, mas suas *Viagens* só parecem um diário dos seus maus humores, preconceitos e erros, pois não acredito que ele dissesse uma falsidade por querer; mas estou embaraçada sem saber onde viu as sujidades que descreve. Não tive o menor trabalho em evitá-las e, apesar disso, não as encontrei».⁷

Cabe agora tratar das obras que a Portugal consagraram Murphy, Link, Southey e Ruders, sem dúvida as mais notáveis da série a que nos temos vindo reportando pela objectividade das apreciações, pela observação tanto quanto possível cuidadosa, pela simpatia e pelo esforço de compreensão. Há a considerar, além disso, a personalidade dos autores: Murphy, artista, arqueólogo e arquitecto de grande mérito; Southey poeta e escritor notabilíssimo; Link, naturalista de reputação europeia e professor universitário; e Ruders, capelão da legação sueca, nada proselítico nos seus quadros da vida portuguesa, homem

recto, escritor escrupuloso, verdadeira vocação para o mais elevado jornalismo.

James Canavah Murphy não parece ter vindo a Portugal por espontâneo interesse. Murphy veio aqui encarregado de estudar e desenhar os nossos monumentos e preciosidades arqueológicas pelo seu protector, «the Right Honorable William Burton Conyngham», que anos antes visitara Portugal em viagem de recreio e ficara maravilhado com a igreja e convento da Batalha. Tendo gostado da terra e simpatizado com a sociabilidade da gente portuguesa, Murphy ganhou interesse pelo país, pelos seus monumentos, pela sua história, pela paisagem e aqui foi ficando por se sentir bem. Quando saiu pela primeira vez de Portugal, levava o desejo de voltar e, de facto, pouco se demorou lá por fora. E, voltando, tentou arranjar aqui uma situação que lhe permitisse viver em Portugal.

Aproveitando a situação de bolseiro do inglês rico e generoso, percorreu o país de Norte a Sul, entre os anos de 1788 a 1790. Dessa excursão, que não seria a última, resultou o livro dado à estampa em Londres no ano de 1795 sob o título: *Travels in Portugal through the Provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura and Alentejo, in the years 1789 and 1790 consisting of observations on the Manners, Customs, Trade, Public Buildings, Arts, Antiquities etc. of that Kingdom*, livro que refundiu, ampliou e em 1798 publicou com o novo título *A General View of State of Portugal*.

A composição e arquitectura destes livros estão longe de ser perfeitas. Este arquitecto desconhecia a arte da construção literária. Segundo informa A. Farinelli, existe de Murphy um *Diary* manuscrito e datado de

1790. Deste Diário talvez saísse parte do texto de *Travels in Portugal*, que ficou um misto de relatório, diário de excursionista e canhenho de notas.⁸

Quanto a Link, veio a Portugal no ano de 1797, acompanhando o conde de Hoffmannsegg e sendo já um botânico de renome. O conde e Link percorreram Portugal à procura de plantas ainda desconhecidas, elementos com os quais Link elaborou o seu trabalho considerado monumental pelos especialistas: «*Flore portugaise ou description de toutes les plantes qui croissent naturellement en Portugal*. Quando, depois de ter palmilhado o nosso país, regressou à sua terra, deu-lhe a curiosidade para ler os relatos de viagem sobre o país que acabara de percorrer, e escolheu naturalmente os de mais nomeada. Começou então a deparar com falsidades, erros, calúnias – e então entendeu que devia escrever as suas recordações de viagem como testemunho verídico. O livro teve tal êxito que em 1801 Goethe escrevia a Schiller: «Aqui vos mando um livro de viagem em Portugal, livro muito interessante e instrutivo, embora não se possa dizer que nos entusiasme a visitar o país».

O livro que Goethe enviava a Schiller, aparecera nesse ano com o título *Bermerkungen auf einer Reise durch Frankreich, Spanien und vorzüglich Portugal*. Em 1803 foi traduzido para francês e publicado em Paris com o título *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799*.

Foi em 1796 que Robert Southey veio a Portugal pela primeira vez. Atravessava então uma fase má do seu espírito: perdera a fé juvenil na perfectibilidade humana e caíra num pessimismo negro, que é o que

sempre acontece a quem se entrega confiante a tais utopias. Desta disposição se ressentiu a sua primeira obra sobre a Península, aparecida em 1797: *Letters Written During a Short Residence in Spain and Portugal. With Some Account of Spanish and Portuguese Poetry.*

Nestas cartas, o que principalmente se verbera é o catolicismo em geral e o clero português em particular. No entanto, para os portugueses e a terra portuguesa também não se mostrou indulgente. Antes pelo contrário. O tempo, porém, foi passando; e quando deixou Lisboa – esta cidade que ele considerava mais suja que as pocilgas inglesas – confessou: «Ando agora a tratar da partida e, embora ansioso, como de facto estou, pelo regresso a Inglaterra, confranger-se-me-á o coração quando olhar Lisboa pela última vez».

Mas não foi a última: em 1800 voltou a Portugal e desembarcou em Lisboa, saudoso do seu clima e revivendo as melhores lembranças do tempo em que aqui vivera – porque também as tivera, mas sem as confessar. E foi nesta segunda permanência em Portugal que mais se dedicou ao estudo da literatura e da história portuguesa, o que faria dele um dos mais ilustres lusófilos.

Ruders (Carl Israel Ruders) foi outra espécie de homem e escreveu sobre Portugal uma obra de verdadeiro jornalismo, como só muito mais tarde se viria a praticar nas literaturas europeias. O livro, publicado em Estocolmo no ano de 1805, intitula-se *Portugisisk Resa, Beskrifven i Breftill Vänner.* A obra foi traduzida por Link para a língua alemã e foi parcialmente vertida para português pelo poeta António

Feijó durante a primeira década do século XIX, tradução que apareceu publicada aos retalhos e irregularmente no *Diário de Notícias*.

Pode bem afirmar-se que, até ao aparecimento dos livros que Beckford dedicou a Portugal, nenhuma das obras escritas por viajantes no nosso país pode ser considerada pelo seu valor literário. Uns são secamente informativos, outros quase estatísticos, nenhum tem beleza literária, embora alguns deles por vezes, aqui e além, sejam sugestivos.

Só Beckford, grande temperamento de artista, escreveu sobre Portugal duas verdadeiras obras de arte literária, sem desmerecimento do seu valor documental. A obra de Beckford, porém, não teve qualquer influência na formação da imagem de Portugal que existiu na Europa do século XVIII. Publicados *Italy, with sketches of Spain and Portugal* em 1834 e *Recollection of an Excursion to the Monasteries of Alcobaca and Batalha* em 1835, contavam de uma época já recuada que não interessava o homem médio europeu, então apenas atento, quanto a Portugal, às lutas liberais.

REFUTAÇÕES, EMENDAS, ETC.

Os árabes designam os livros de viagens por livros de andar e ver, o que me parece se ajusta rigorosamente à condição destas obras, marcando-lhes desde logo o que nelas haverá de inevitavelmente superficial e incompleto. Aquele que andando vai vendo, e só vê o que se lhe depara no trânsito, terá necessariamente de se

limitar a descrever o que viu e narrar o que aconteceu, e não arriscar juízos, nem se atrever a fazer sínteses que o levarão a correr o risco de se enganar, de boa ou de má fé.

Enganados ou enganadores, ou ambas as coisas ao mesmo tempo, foi a tônica da maioria dos forasteiros que descreveram as suas viagens em Portugal na década de setecentos.

Desses enganados por generalizações arbitrárias, por intuições sem agudeza nem alcance, por acomodação a ideias preconcebidas, se emendaram, censuraram ou corrigiram uns aos outros, mas nanja que fossem os portugueses a fazê-lo.

Silvestre Pinheiro Ferreira contou um dia ao Visconde de Santarém⁹ as condições em que abortou uma obra de desafronta nacional planeada pelo conde da Barca e pelo morgado de Mateus: «Silvestre Pinheiro contou-me que, achando-se em Holanda com António de Araújo e com o morgado de Mateus, apareceu um infame escrito contra Portugal, *Tableau de Lisbonne*, onde se diziam os maiores desatinos contra nós. Que discutindo eles quais seriam os motivos de semelhantes escritos, ele, Silvestre, dissera: é porque eles publicam impunemente e ninguém lhes responde! Convieram então, visto que estavam sem fazer nada, em distribuírem as matérias e fazerem uma refutação a Demouriez (sic) das viagens du Châtelet, de Mr. de La Harpe, de Murphy etc. – que efectivamente concluíram o seu trabalho a que deram o título *Un voyageur contre quatre*, propondo-se de o publicarem anónimo – mas que a Araújo dissera como isto é um escrito sério, e p.^a aparecer em público, e está escrito em o nosso francês

galego, convém que alguém o emende e convindo todos escrever-se a um sábio francês Mr... que efectivamente corrigiu o Mss. e mandou-se para Paris. – D. José Maria de Sousa, que se achava já então na sua missão de Copenhague, sabendo que o Mss. tinha sido corrigido p.^r. um 3.^o declarou que não consentia, porque queria que as suas ideias aparecessem tais quais ele as tinha escrito.

Isto provinha diz o Silvestre da raiva que ele tinha aos franceses, ao que eu lhe disse, mas essa raiva fá-lo fazer o casamento com M.^{me} de Flahaut!

O caso é que o Mss. não se imprimiu e apenas Araújo leu na Academia de Lisboa algumas «memórias».

Da colaboração do morgado de Mateus neste trabalho reparador, até hoje não apareceram vestígios; e da parte que coube ao conde da Barca só restam fragmentos.

O autor da *Voyage* falsamente atribuída ao duque du Châtelet¹⁰ assim critica Carrère: «O autor do *Tableau de Lisbonne*, agora aparecido, fornece curiosos pormenores, mas apenas ou quase só na descrição daquela capital. Nesta obra, aliás, domina continuamente um propósito de maledicência, motivado, sem dúvida, ou pelo menos influenciado, pelas circunstâncias nas quais ali se encontrou; mas, em todo o caso, não pode inspirar muita confiança». Da obra de Murphy, escreve: «Um inglês, James Murphy, publicou recentemente um primeiro volume sobre a situação em que se encontra Portugal, e quase só se limitou a fazer observações que condizem com a sua profissão de architecto. Um segundo volume, que publicou em 1798, reúne muitos

pormenores de outro género. Publica nele as suas opiniões sobre os aspectos físicos, políticos e literários em Portugal. No entanto, os dois volumes, no seu conjunto, não conseguem dar, nem de longe, uma notícia completa deste reino».

C. J. Ruders, com a objectividade em que timbra o seu livro sobre Portugal, assim critica os livros de outros estrangeiros de que ele se quis socorrer para se iniciar no conhecimento do país onde vinha residir: «Não é invulgar para um estrangeiro ver-se em sérias dificuldades para obter de fonte segura informações sobre o próprio país em que se encontra. No entanto, não deixa de causar admiração a negligência de tantas pessoas, aliás instruídas, que tendo vivido muitos anos no mesmo lugar, não chegam a conhecê-lo, senão superficialmente, e que raras vezes são capazes de formular um juízo seguro sobre os acontecimentos de que foram testemunhas. É também muito vulgar ouvir os ignorantes que viajam contar, no seu regresso, coisas extraordinárias aos seus compatriotas.

«Quando oiço, às vezes, a afectada sinceridade de tom e de gesto com que certos viajantes marítimos referem mentiras palmares sobre curiosidades das terras ou mercados que percorreram, sobre as aventuras que lhes sucederam em países estrangeiros ou nas suas viagens por mar, não me espanta, na verdade, a pouca confiança que, em geral, se atribui às descrições de viagens.

«Outrora era também uma espécie de condimentar, nos livros, as suas narrativas com vários aditamentos sobre coisas e casos maravilhosos. Hoje em dia, posto

que ninguém possa impedir um viajante de encher o seu jornal das petas que lhe apraz, o maior desenvolvimento de relações entre os diversos povos é um embaraço para quem, cedendo a essa degradante inclinação, quiser divertir os seus leitores à custa da verdade, porque se expõe a ver os seus infundados propósitos refutados por quantos vierem depois. No entanto, não faltam ainda autores que, para provocarem o riso com pinturas cómicas ou satisfazerem o seu desejo de vingança sobre certas personalidades, não hesitam em representar o carácter de um povo sob aspectos falsos.

«Também não faltam outros que, sem critério, fazem menção de tudo quanto aprouve referir-lhes o primeiro indivíduo que encontraram, quer por falta de conhecimento, quer por preconceitos de raça, quer pelo simples prazer de enganar os outros. A mais que um viajante tenho eu ouvido reproduzir por completo supostas conversações tidas com certos nacionais dum país que eles de forma alguma podiam ter conhecido, e numa língua que eles ignoravam quase tanto como a própria para conseguirem entrar em conversa.

«Estas reflexões foram-me sugeridas por um livro, que não há muito chegou ao meu conhecimento, intitulado, “Tableau de Lisbonne en 1796” e cujo autor, com manifesta satisfação, se compraz em descrever os portugueses como o povo, simultaneamente, mais bárbaro, mais desprezível e mais ridículo. Serve-se para isso dos processos mais insidiosos, que consistem em generalizar traços repugnantes que é possível encontrar num ou noutro indivíduo, chamando costumes nacionais aos hábitos dum limitado número de pessoas, e apresentando casos raros como acontecimentos de

todos os dias.» – «Um outro autor mais antigo, Costigan, nas suas *Sketches of Portugal*, faz, também, muita injustiça a este país, embora não possa comparar-se com o outro a que me referi».

E noutro passo: «Quase toda a gente imagina que os portugueses dificilmente compreendem os trabalhos mecânicos, mesmo os mais vulgares, e que passam os seus dias numa moleza decrépita, sem disposição nem competência para o trabalho. Eu próprio, pelo menos, também fazia deles uma insultante opinião. Nada mais injusto. Excepto a nobreza e a espantosa quantidade de pessoas pertencentes ao estado eclesiástico, assim como a multidão de serviçais inúteis que enchem as casas dos fidalgos e dos ricos – classes que não podem ser chamadas à barra – todo o resto da nação é trabalhadora e habilidosa. O português afigura-se-me hoje, simultaneamente, incansável no trabalho e muito apto para aprender. Se a sua agricultura lhe não produz o pão bastante, se as suas fábricas o não vestem completamente, se as suas manufacturas lhe não fornecem tudo quanto precisa para as suas comodidades e luxo, é isso devido a outras causas, que devem procurar-se nas instituições e nos sucessos não só dos tempos passados como da época presente».¹¹

Link, ao prefaciá-lo livro da sua viagem em Portugal, borda estas considerações: «Só depois do meu regresso, relendo as obras de antigos viajantes, para me recordar de deleites tão rapidamente passados, verifiquei que nenhum deles havia visto e percorrido tanto o país como eu o fizera. Verifiquei, além disso, que no geral não possuíam a mais pequena noção da língua

portuguesa e que as suas observações eram falsas em parte ou só verdadeiras em relação aos habitantes da capital, tendo generalizado estas a todo o resto do país. Só encontrei nestes relatos censuras abusivamente generalizadas e muito injustas à indolência, à beatice, à perfídia, ao egoísmo dos portugueses; com desagrado verifiquei que nenhum deles se havia dignado descrever os deliciosos vales do Minho onde a cultura das terras rivaliza com a da própria Inglaterra; que estes viajantes não haviam prestado justiça ao carácter dos portugueses que por toda a parte (exceptuando os eclesiásticos, sempre os mesmos em todos os países onde são favorecidos pelos governos) me deram mil provas de rectidão, de tolerância, de doçura. Em suma, que se haviam esquecido de referir um aspecto essencial: refiro-me à segurança que se goza neste país.»¹²

A obra de Murphy, *Travels in Portugal*, conquanto seja uma das de crítica mais objectiva e séria nos seus propósitos, dedicada ao futuro D. João VI, não escapou aos juízos severos dos viajantes que posteriormente escreveram sobre Portugal. Na obra de Link se lê: «Murphy, que na descrição da sua viagem faz observações bastante justas, em muitas das suas asserções é bastante exagerado». E, enumerando algumas generalizações, daquelas que Unamuno classificava de «erros de estatística», acrescenta: «De resto, ele diz sempre, e com razão, muito bem do povo e elogia a cortesia dos portugueses». Conclui: «O que Murphy e outros dizem de favorável à nação em geral, é justíssimo; o que murmuram em sua desvantagem, é muitas vezes exagerado».¹³

Beckford, já saído de Portugal, jornadeando em Espanha, leu o livro de Dalrymple e, enfadado, classificou-o no seu *Diário* de «maçador, seco e atrabiliário».¹⁴

De resto, muito dos forasteiros que passaram por Portugal com maior ou menor demora e se quiseram instruir sobre o país pelos livros dos viajantes que sobre ele escreveram, tiveram sempre melhores impressões directas da terra e do povo português que aquelas que lhes inculcavam esses informadores e guias. A imagem de Portugal que esses livros propagaram na Europa, ter-se-ia retocado vantajosamente se cada leitor tivesse vindo a Portugal conhecer directamente a realidade portuguesa. Southey, tão agressivo para Portugal quando aqui veio pela primeira vez e que tão severo e injusto foi nas *Letters Written during a short residence in Spain and Portugal*, ao publicar a segunda edição deste livro corrigiu-lhe os excessos. Em carta dirigida a W. S. Landor, em 1811, confessou: «O simples respirar em Portugal, para mim é delícia». E, de outra vez, em Inglaterra, escrevia nostálgico e saudoso: «Os meus sonhos vão para Lisboa, como lugar de repouso; estou realmente preso a esse país e, embora pareça estranho, ao seu povo. Em Lisboa, as pessoas são bastante velhacas, como em todas as metrópoles; mas, no campo, achei-as hospitaleiras até à amabilidade, quando eu era apenas um estrangeiro necessitado».

O ARGUEIRO E A TRANCA

«Lo mejor que pueden hacer los directores espirituales de un pueblo cual quiera – escreveu Unamuno¹⁵ – es tratar de penetrar con toda simpatía, con el sentido susomentado, en el alma de otros pueblos y de enriquecer así la del suyo propio. Lo mal es muy otra cosa que la moda del exotismo. Y en esto pocos pecan más que los literatos, que por lo común no acuden a otros pueblos sino en busca de baruñes, de colores locales y de exterioridades. De cuantos escritores franceses han venido a inspirar-se en España, acaso no hay mas que Próspero Merimée, que haya llegado al cogollo del alma española alguna vez, y antaño también Corneille. Y, en cambio, otros que no han hablado de España, han tenido alma muy hermana del alma española; Pascal uno de ellos. El caso de Victor Hugo es más complicado y lo que se llama su españolismo es un problema no poco intrincado... Va menguando el tipo ridiculo y grotesco del turista extranjero de que porque en una ciudad no está el piso bien *mecadamizado* o porque el comedor de un hotel huele a ajo, juzga hallar-se en uns país menos civilizado que el suyo».

Este tipo de forasteiro que Unamuno, iludido, dizia ir rareando, foi aquele a que pertenceram, embora ainda não tivesse sido inventado o «turismo», os viajantes estrangeiros que no decurso do século XVIII visitaram os dois países ibéricos. Por superficialidade ou propósito denegridor, viram aqui o argueiro sem repararem ou fingirem desconhecer a tranca que existia alhures, e isso consoante as crenças e as simpatias. E, adicionados estes juízos ao combate que obstinadamente faziam ao

clericalismo e ao poder absoluto dos monarcas peninsulares, criaram a «lenda negra» que constituiu o estigma com diversas variações aplicado às duas nações ibéricas.

Pode bem dizer-se que a criação e desenvolvimento da lenda negra de Portugal só se verificam a partir da «Guerra dos sete anos», contribuindo os ingleses em grande parte na sua divulgação. Já no reinado de D. João V, o ministro da Grã-Bretanha acreditado em Lisboa, Lord Tyrawley, fazia a quem o queria e podia ouvir, uma desaforada difamação do povo português, mas, como é óbvio, apenas num reduzido círculo de pessoas e sem alcançar o homem de cultura média que viria a ser o mais fiel leitor de livros de viagens. No fim do século XVIII, porém, já essa opinião era tão má que a irmã de William Beckford, apesar dos seus estudos de geografia física e política, fazia uma tal ideia do povo português e dos seus costumes que manifestava ao irmão quanto estaria inquieta enquanto ele se conservasse em Portugal pois que – como supunha – os assassinios e os envenenamentos eram, em Lisboa, o pão de cada dia.¹⁷

Justificadamente, Dumouriez publicou na segunda edição do seu livro dedicado a Portugal: «A nação portuguesa é a que menos reconhecimento deve aos viajantes. Todos, à uma, se comprazeram em o desacreditar e a Europa informada por eles passou a considerar todo e qualquer português como um selvagem e um beócio. O desconhecimento da língua portuguesa, a posição do país no extremo da Europa, o reduzido número de portugueses que viaja, a decadência do Estado, tudo isto concorre para que não haja quem

se dê ao trabalho de verificar se é exacto o que se escreveu sobre Portugal».

Apreciando a terra portuguesa, são quase todos os viajantes setecentistas unânimes no seu louvor – e não são raros os que a consideram um verdadeiro Eden. Um dos exagerados escreveu: «Em suma: Portugal é um dos mais belos, dos melhores e mais agradáveis países do mundo, habitado, porém, por uma nação que não merece usufruir pátria tão deliciosa».¹⁸

Também aqui havia exagero e desconhecimento da realidade quando consideravam Portugal um dos melhores países do mundo. Portugal pode ser um dos mais belos, mais agradáveis países do mundo, mas a sua natureza telúrica, a secura e instabilidade do clima são ingratas aos habitantes. Disso se têm queixado os portugueses de todos os tempos e, apenas como exemplos, daremos Gil Vicente e Tomé Pinheiro de Veiga. Na *Romagem de Agravos* dizem duas figuras:

*- De que te queixas, vilão?
- De Deus, que é coisa provada
Que me tem grande tenção.
Vêde vós? Eu, padre, digo
Que tempere a invernada
E deixe criar o trigo.
Mas ele, de traiçoeiro,
Sem ganhar nisso ceítal
Vai dar chuvas em Janeiro
E geadas em Abril
E calmas em Fevereiro
E névoas no mês de Maio
E meado de Julho, pedra.*

«E que quer V. Md. – escreve Pinheiro da Veiga – que eu diga de gente que só tem quatro palmos de terra, toda monte e pederneira, que parece joeirou Deus Espanha, e deixou cá o óleo (em Espanha) e deitou lá (em Portugal) o cascalho? Pela qual razão dizia um embaixador que foi a Portugal que bem parece terra dada em dote a genro e não a filho».¹⁹

Mas não só, no século XVIII, foram os portugueses considerados indignos da terra pátria. Também o foram os italianos, e particularmente os de Nápoles, que diziam viajantes estrangeiros ser «um paraíso habitado por demónios».²⁰

Das estradas portuguesas, aqueles que as percorreram queixam-se do seu mau estado, onde as havia, e da sua falta onde só existiam caminhos. Mas é certo que só a França no último quartel do século XVIII estava dotada com uma grande rede de estradas, bem pavimentadas e arborizadas. As da Alemanha não passavam de sofríveis, as do Saxe e da Turíngia, bem como as da Prússia, não eram boas. Isto para não falar das de Espanha e da Itália que eram poucas e más. Por isso, Voltaire afirmou que «de toutes les nations la France et le Pays des Belges sont les seules qui aient des chemins dignes de antiquité». Em Inglaterra, por volta de 1725, o estado das estradas e as condições de segurança eram muito piores do que em Portugal: «Nas ruas de Londres um bando de rapazes, de boémios, filhos de gente de qualidade, os Mohocks, agridem os transeuntes. Nas estradas, que são verdadeiros charcos, bandidos, montados em cavalos, assaltam os viajantes»²¹.

Das hospedarias queixam-se todos, esquecendo o que certamente sofreram noutros países por onde andaram e até nos seus próprios. O duque de Lauzun, escreveu assim das hospedarias do seu país, onde, como na Grã-Bretanha, havia das melhores da Europa: «... apenas uma vela alumiava um compartimento muito escuro e bastante sujo, como costumavam ser todas as hospedarias francesas»²². Madame de Beaumont, em carta a J. Joubert, descreveu assim a sua instalação em Mont-Dore: «Em tal estado cheguei a Mont-Dore; e, durante uma meia hora, batemos de porta em porta à procura de alojamento que não conseguíamos arranjar; por fim consegui um quarto pequeno. Enquanto me arranjavam, fui aquecer-me o melhor que pude na cozinha, mas como estava muito fatigada e tonta não sabia o que dizia nem o que fazia e foi-me impossível tomar qualquer alimento. Uma legião de pulgas vorazes tornou-me a cama um inferno; e, logo que a luz do dia me permitiu ver o horroroso cacifo onde estava metida, desfaleceu-me a coragem»²³.

E é a marquesa de Lage de Volude que esteve emigrada em Portugal durante a Revolução – é M.^{me} Cradock que se queixam dos parasitas sortidos que lhes sugam o sangue e ofendem as carnações delicadas, nas hospedarias onde iam ficando.

Quase todos os viajantes que no século XVIII escreveram sobre os costumes em Portugal mencionam a natural familiaridade dos portugueses – e das portuguesas em especial – com os piolhos. Talvez a estranheza manifestada provenha mais da *catança* que todos faziam sem qualquer reбуço ou ocultação do que propriamente da existência desses parasitas nas cabeças

de homens, mulheres e crianças. Ora tal profusão desses insectos não era exclusiva dos portugueses. No que respeitava à nobreza e à burguesia ela provinha do uso das cabeleiras nos homens e dos penteados nas mulheres, e em toda a Europa se usavam cabeleiras e tais penteados, certamente com os mesmos riscos. As cabeleiras eram caras e quem as podia ter em número suficiente para as substituir, a fim de serem tratadas, acumulava as condições de criação dos insectos; os penteados das mulheres, pela quantidade de polvilhos, de pomadas e de postiços, penteados que se não desmanchavam todas as noites, cabeleiras que se não lavavam, faziam de cada cabeça um caldo de cultura. Por isso o italiano Vittorelli escrevia satiricamente: «A senhora alimenta no seu topete um batalhão secreto e é tal a quantidade de habitantes que muitos se tornam cavaleiros andantes.» Portanto, o que acontecia aos portugueses e portuguesas da nobreza e da burguesia era o que, em maior ou menor escala, sucedia em toda a Europa e especialmente nos países do Sul, mais quentes.

Quanto às classes populares, independentes das modas mas sujeitas aos costumes, a devastação dos insectos fazia-se moderadamente, pois era crença comum que o piolho *limpava* o sangue. A *catança*, em uso tanto nas classes mais elevadas como nas classes populares, era, ao mesmo tempo, uma operação de saneamento e de voluptuosidade.

Das ruas de Lisboa, a maioria dos viajantes setentistas disseram cobras e lagartos. Dumouriez denuncia as ruas sujas, cheias de imundícies, sem outra

iluminação que não fosse a das lamparinas que bruxuleavam nos nichos dos santos, infestadas de cães que toda a noite ganiam, ladeadas de ruínas de palácios, de igrejas e de casas que o sismo derrubara. Tudo isto se agrava com os despejos pelas janelas, com o «água-vai». Este panorama, desenhado em 1766, foi posteriormente emendado, abonando-se Dumouriez no livro de Murphy.

O suposto duque du Châtelet diz que as ruas de Lisboa, mal anoitece, começam a encher-se de porcarias, de animais mortos, das imundícies que são despejadas das janelas»²⁴.

O Tableau de Lisbonne descreve os lamaçais das ruas da cidade, que no verão se transformam em finíssimas poeiras, penetrando em tudo. Diz que as ruas principais só são varridas em dias de procissão e as travessas, becos e as ruas menos frequentadas nunca são limpas, a não ser quando as porcarias acumuladas impedem o trânsito – o que, ao que sei, só acontecia no Tibete.

Para que não se julgue, mesmo reduzindo os exageros das descrições às proporções devidas, que tudo isto constituía uma mísera particularidade de Lisboa, recordamos esta passagem do *Journal d'Italie* de Stendhal, escrita em 1811: «É preciso dizer bem alto àqueles habitantes de Paris que se julgam os mais avançados no que respeita a polícia e limpeza: «Vós sois bárbaros, as vossas ruas deitam cheiro infecto, e vós não podeis dar uma passada sem ficardes cobertos de lama, de uma lama negra que dá aos passantes esse ar enjoado que nos mostram. E tudo isto provém da ideia absurda de terem feito das vossas ruas um esgoto geral»²⁵.

Também Turim, considerada uma das mais belas cidades da Itália, era no século XVIII uma cidade suja, assim como o era Colónia, como também o era Lyon, cujas ruas mal cheirosas incomodavam o Doutor Rigby quando por lá passou em 1789.

Pelo final do reinado de Luís XV, diz-nos o *Tableau de Paris*, as ruas de Paris, quando havia aguaceiros, eram verdadeiros enxurros. Vinte mil jactos de água corriam dos canos dos telhados sobre as ruas e sobre quem nelas passava.

O «água-vai» não constituía singularidade portuguesa. Em Paris, um édito da polícia de 1780 proibia que se despejassem das janelas «tant de jour que de nuit, aucunes eaux, urines, matières fécales et autres ordures, à peine de trois cents livres d'amende».

William Howitt, na sua obra *The rural and domestic life of Germany*, publicada em 1824, não dá melhores notícias das ruas da Alemanha nos fins do século XVIII. Segundo ele, era na rua que se despejavam o lixo e outras imundícies.

Para os calcurreadores da Europa, como o doutor Rigby, Swinburne e Wraxall – que esteve em Portugal em 1772 – a beleza das cidades consistia nas ruas largas, rectilíneas, com construções uniformes-ideal a que estava correspondendo a Lisboa reedificada pelos traçados dos arquitectos e engenheiros patrocinados por Pombal.

Quanto aos costumes que escandalizavam Dumouriez, Saussure, Costigan, Dalrymple e outros – soldados que pedem esmola, cavaleiros da Ordem de Cristo servindo à mesa dos nobres, homens de ofício trajados como homens de qualidade – o mesmo

acontecia na Prússia, segundo o testemunho do barão de Marbot: «... desde que não estavam debaixo do olhar dos seus chefes, eles (os soldados) estendiam a mão, e várias vezes me aconteceu, tanto em Potsdam como em Berlim, encontrar granadeiros que mesmo às portas do palácio real me pediram esmola»²⁶. Charles de Brosses, numa das suas sugestivas cartas de Itália, testemunha: «Não é invulgar em Roma encontrar gentis-homens que se põem ao serviço de outros gentis-homens mais abastados. Tive ocasião de conhecer muitos cavaleiros de Malta como criados de cardeais»²⁷. E se em Lisboa os barbeiros usavam casaca e espadim, o que Saussure considerou uma ridícula singularidade da vida portuguesa, é certo que em Nápoles, como deixou contado Bergeret de Grandcourt, «o sapateiro apresentou-se-me com casaca de veludo preto, botões de ouro, meia de seda branca, colete dourado, espada, chapéu de plumas, e o alfaiate e o cabeleireiro identicamente, tendo a mais os saltos vermelhos.»

Razão tinha Nietzsche quando dizia que os povos um ri do outro, este se ri daquele e, afinal todos se riem uns dos outros.

A IMAGEM DE PORTUGAL

A imagem de Portugal e do povo português que viajantes estrangeiros do século XVIII deixaram a correr mundo não é verdadeira e nalguns casos nem sequer é verosímil. Por falta ou por excesso, por erro ou deturpação, por levandade ou malevolência, são poucos aqueles em quem se sente a simpatia necessária à

compreensão. «O que Murphy e outros – volto a citar a passagem de Link – divulgam de favorável à nação portuguesa, é muito justo; o que dizem a seu desfavor, é a maior parte das vezes exagerado.»

Dos viajantes estrangeiros que escreveram sobre Portugal, poucos foram aqueles que percorreram o País viajando e não apenas transitando. Alguns deles não saíram de Lisboa e dos seus arredores e, como deixou dito Link, por o ter experimentado, é na população rural, na dos pequenos centros urbanos, que se define o verdadeiro carácter dos portugueses»²⁸.

Incorrecta, insuficiente, deturpada, malevolente – a imagem da nação portuguesa que se divulgou no século XVIII pelos livros dos viajantes estrangeiros em Portugal foi a que ficou, até que a evolução dos acontecimentos políticos e sociais na Europa, promanentes da Revolução Francesa, a modificou ou deliu. Na compilação de alguns exemplos, que poderíamos multiplicar mas que na essência não variam, passamos a dar as linhas que contornam essa imagem.

a) O PAÍS

Da terra e do clima, como já dissemos, são quase unânimes os louvores. Em 1730, César de Saussure (que permaneceu um mês em Lisboa e donde só saiu para curtos passeios nos arredores mais próximos) resumiu assim as suas impressões: «O clima de Portugal, penso eu, é um dos mais belos, ou mais puros e mais aprazíveis da Europa» – «Numa palavra pode afirmar-se

que Portugal é um dos mais belos, dos melhores e mais agradáveis países do mundo»²⁹.

Dumouriez, depois de uma descrição de Portugal de Norte a Sul, quase totalmente constituída por informações em segunda mão, traça este quadro panorâmico: «Só a Espanha é menos densamente povoada que Portugal; em toda a Península a terra está virgem de cultura. As planícies do Alentejo, desde Ourique até Armada (sic=Almada), e as da Beira, para além de Lisboa, Leiria e Coimbra até ao Porto, estão abandonadas pela preguiça dos habitantes e tornam-se arenosas, áridas, pestilentas. Portugal está bem irrigado; neste pequeno reino contam-se mais de cento e vinte rios, entre grandes e pequenos, que o cortam em todos os sentidos; mas estas águas, mal distribuídas, não são úteis senão na província de Entre-Minho e Douro, e são prejudiciais em todas as outras. O Alentejo, com mais de trinta rios e riachos em quantidade, é árido e privado de nascentes; os pântanos, cujas águas os habitantes aí deixam estagnadas, constituem um foco permanente de febres, de peste, de fome e de mortalidade. A miséria é o menor dos males que os portugueses suportam voluntariamente, preferindo-os ao trabalho.» Isto escrevia Dumouriez em 1766; na edição de 1797, rectificava, como se fosse por objecção alheia: «O que se diz em *L'État du Portugal* acerca dos campos da Beira, do Alentejo e Estremadura não está exacto. Os campos de Santarém, Valada, Coimbra, Aveiro, não estão em baldio. A maior parte destes campos não são assim áridos, arenosos nem pestilenciais como os pintam. Nem tampouco é à preguiça dos habitantes, à sua ignorância, que se deve atribuir a falta de cultura de

muitos dos campos próprios. São as instituições lesivas, tais como os vínculos, os direitos senhoriais e a falta de protecção, que são as causas.» E Dumouriez obtempera: «Convenho na verdade desta observação»³⁰.

Da narrativa de Dalrymple, seca, lacónica, sem vislumbre de impressão subjectiva da paisagem, dos panoramas, não se pode deduzir que Portugal estivesse com a sua agricultura em ruína e as terras ao abandono. Por todo o Minho e Douro nota a abundância de população, de casas, de povoações, terrenos todos aproveitados com trigo, linho, vinhas trepando pelas carvalheiras, oferecendo aspectos que parecem tê-lo feito sair da sua indiferença pelas belezas naturais. Depois, do Porto ao Vouga, nota a mesma densidade de culturas e arborizações – olivais, pinhal, carvalhos, soutos. Sintra não o impressiona, embora lhe fale das belezas; e até no Alentejo assinala a frequência de vinha e profusão de olival.

Na *Voyage du... duc du Châtelet*, considera-se o clima de Portugal puro e temperado. «As grandes calmas do estio são amenizadas por ventos frescos, o que torna o clima salubérrimo. Os invernos são muito chuvosos mas os verões são secos, especialmente na Estremadura, Alentejo e Algarve. Terra fértil e que devidamente aproveitada podia bastar à subsistência dos portugueses. O maior flagelo de Portugal é a frequência de tremores de terra»³¹.

Costigan põe na boca de um dr. Butler, em Évora, as seguintes apreciações: «Que vergonha, um tão belo país estar nas mãos de tal gente! Não há no mundo nenhum que produza tão belas uvas nem tão mau vinho como aquele em que agora estamos, e a causa está na

maneira de o fazer... Vejam os senhores, para o Sul, que extensão de charneca! O que não produziria esta terra se nela plantassem vinha, e se a cobrissem de trigo e de aldeias, porque não há nela um pedaço que não seja susceptível de cultura. Se tivéssemos mãos para remexer a terra, esta província, só por si, poderia fornecer trigo para todo o reino, pelo menos»³². Chegando um tal Lord Freeman a Lisboa, descreve a cidade, o Tejo e os arredores: «Seria inútil tentar fazer-vos uma descrição desta grande cidade, antes de ter tempo de a examinar e de conhecer a sua situação. E agora mesmo que a vi, não a farei senão em termos gerais. Imaginai uma extensão marginal considerável ao longo de um rio espaçoso, capaz de conter toda a qualidade de navios, e que lança as suas águas imediatamente no vasto Oceano Atlântico. Considerando a sua situação, bem melhor do que a de nenhum outro continente europeu, o seu extenso comércio com todo o continente americano, e ainda a salubridade do clima, a variedade infinita das fontes e de quase todas as espécies de produções naturais (que a terra pode dar em abundância, de momento que a cultivem) fica-se embaraçado ante o que mais se há-de admirar: se o muito que a Natureza fez para tornar os habitantes felizes ou o pouco cuidado que eles têm para o serem»³³.

Murphy, que desembarcou no Porto, numa viagem que durou sete dias foi direito ao convento da Batalha. Logo à saída da cidade, admirou-se da falta de estradas. Encontra as terras bem cultivadas e as encostas dos montes arborizadas. Depois de Albergaria-a-Velha, já na região do Vouga, anota uma região amena, montes e vales cultivados, belas matas e sobreiros. Nessa região, a

suavidade do clima, a vegetação perpetuamente verdejante, dão-lhe a impressão de estar na Primavera – e passava por ali em fins de Janeiro. Mais adiante, uma linda planície, mas sem culturas nem povoações. «A terra tem aqui – escreve ele – tão pouco valor que, em vez das divisões quadradas ou triangulares, só são as divisões naturais que a demarcam.» – «É raro encontrar-se uma casa de lavoura». Aproxima-se de Coimbra e, então, anota: «O dia 27 de Janeiro ofereceu-nos a mais sublime paisagem que até agora encontrei.» Depois de visitar Coimbra e atravessar Leiria, chega enfim à Batalha, onde permanece alguns meses. Visita depois Alcobaça, donde, num dos últimos dias de Junho, parte para Lisboa. Saído da capital, a caminho do Alentejo, depois de Alcácer do Sol anota: «Outubro, 21 – Esta manhã passei por um sítio com a paisagem mais maravilhosa que um pintor poderia ambicionar. A sua grandeza selvagem, que inspiraria o lápis de um Salvatore Rosa, consistia em penhascos e vales profundos por onde corria um rio ladeado de carvalhos e pinheiros. De quando em quando uma casa com aldeões dava vida a este cenário. Nada faltava ali a um artista exigente para fazer um quadro, até umas ruínas senhoriais. É estranho que tão maravilhosa perspectiva não chame os artistas portugueses para o estudo da paisagem». Entra no Alentejo e pinta-o como «região plana, inculta, sem habitantes, desperdiçada e com o aspecto de nunca ter sido sulcada por uma charrua.»

Link, resumindo as suas impressões de viagem, considera o nosso país «um dos mais interessantes da Europa» – «A Portugal, só o que falta são estradas e canais... porque os canais e boas estradas constituem as

primeiras necessidades de um país, e é justamente aquilo em que os portugueses e aqueles que do país se têm ocupado em seus escritos menos têm pensado.»

Em suma: país fértil, pouco e mal aproveitado, uma grande província ao abandono: o Alentejo. Terra capaz de produzir o bastante para as necessidades de consumo dos seus habitantes, falta de estradas e de canais para escoamento das produções das diversas províncias, belas paisagens que poderiam inspirar pintores, clima salubérrimo e aprazível. As mais más línguas consideram-no mal empregado na gente que o habita.

b) O HOMEM E A MULHER

Todos os viajantes, como é humano, porque eram homens, prestaram mais atenção à mulher que ao homem de Portugal. Nenhum, porém, chegou ao desaforo de dizer, como disseram do país, que elas mereciam outros homens, embora não deixassem de olhar com inveja e de os acoimar de feios e desajeitados.

O autor da *Description de la ville de Lisbonne*, que conheceu bem a vida portuguesa na segunda década do século XVIII, descreveu assim a mulher portuguesa: «As portuguesas são muito belas, bem fornecidas de carne e muito brancas. No geral possuem belhos olhos e são muito animadas»; e acrescenta: «... diz-se que, por índole, são fiéis esposas, sendo raros os casos de infidelidade, a não ser que os maridos, pelos seus desregramentos, lhes dêem razão a isso. Contudo, há que confessar que o excessivo ciúme dos maridos e as precauções exageradas de que as rodeiam, poderão levar

a julgar que as disposições delas são bastante diferentes. Seja como for, o que é certo é ser a condição muito triste; de tal maneira as conservam aferrolhadas que é vulgar que até os simples comerciantes tenham capela em casa, com missa, para as suas mulheres e filhas não terem pretexto para sair à rua.»³⁴

Saussure, que esteve em Lisboa no ano em que era publicada em Paris a *Description de la ville de Lisbonne*, ficou a considerar «as portuguesas bastante gentis, espirituosas e muito animadas. No consenso geral, não são tidas por ariscas, mas não há ocasião para o verificar porque tanto os pais como os maridos, e até os irmãos, exercem sobre elas uma fiscalização apertada»³⁵. «Os portugueses são excessivamente orgulhosos e presumidos. Aparentam grande magnificência, sendo frequente até os homens de ofício vestirem como senhores»³⁶. «Embora sejam completamente ignorantes, gostam de se fazer passar por sabedores»; e, para fingirem que queimam as pestanas a estudar, usam óculos. Concede que os portugueses, na sua maioria, são inteligentes, entusiastas, desembaraçados; mas, em contrapartida, são também orgulhosos, altivos e mesmo arrogantes. Além disto, velhacos, traiçoeiros, desonestos, supersticiosos³⁷.

Na *Description* os portugueses são apresentados como sendo «altos, bem constituídos e robustos, na sua maioria morenos, o que resulta do clima e principalmente da mistura com sangue dos negros» – «São ciumentos ao máximo, dissimulados, vingativos e presumidos»³⁸.

Baretti, literato distinto mas homem pedante, escreveu assim da mulher portuguesa e dos seus

maridos: «É singular ver como os portugueses honram em público as mulheres que não lhes pertencem de facto; mas, segundo me dizem, quando as pobrezinhas são colocadas sob a sua alçada por Himeneu, os marotos tratam-nas geralmente muito mal, por ciúmes, e deste ciúme tenho ouvido contar histórias arripiantes. Para se desculparem dos maus tratos que dão às mulheres, os portugueses dizem que estas lhas pregam sempre que podem e só pensam em lhes ornamentar a testa com o louro bovino.»³⁹ – «Aqui, as pobres são educadas em perfeita ignorância e não têm ainda quinze anos quando se casam, com um coração naturalmente quente de amor e um intelecto totalmente desprovido das mundanas razões que, talvez mais do que as não mundanas, servem para manter a concupiscência das mulheres jovens nos seus devidos limites; por isso não é de admirar que cedam às tentações de fora, assistidas e solicitadas pela natural inclinação de dentro, especialmente depois de adquirirem, como é forçoso, um perfeito conhecimento da inépcia e das mesquinhas qualidades mentais dos maridos, que provocam o desprezo delas transformando o bem querer em mal querer.»⁴⁰

«Quem julga que as mulheres portuguesas e espanholas são reservadas e graves, engana-se; – escreve Twiss – aproximando-se mais da realidade julgando-as pelo padrão que Voltaire dá do belo sexo dos países quentes, dizendo que em lugar de sangue é azougue que lhes corre nas veias... Nunca encontrei em parte alguma mulheres com a vivacidade das portuguesas; elas passam o tempo a rir, a cantar, a dançar e a conversar com um ardor inconcebível»⁴¹.

Dalrymple, na carta de 25 de Setembro de 1774, diz da mulher portuguesa: «Neste país as mulheres têm os olhos negros e brilhantes, os dentes alvos e belos cabelos.» Não diz mais; mas, em compensação, a respeito do homem português alarga-se em considerações pouco amáveis: «Os portugueses, diz ele, têm de ser forçosamente ignorantes por efeito do despotismo que os esmaga. O povo miúdo é, em geral, vingativo, embora presentemente se não sirva tanto da navalha como outrora. O amor é a paixão dominante nos dois sexos e a obstinação com que lutam para conseguir os seus fins é verdadeiramente espantosa. O ciúme domina-os, mas os *Argus* nem sempre conseguem evitar as intrigas amorosas, as quais, aliás, uma vez descobertas nunca deixam de ser severamente castigadas» – «O povo é geralmente sóbrio e abstémio, e só nas grandes cidades encontramos bêbados, especialmente depois da sua maior convivência com ingleses»⁴².

As mulheres portuguesas – afirma Dumouriez – são de todas as europeias as que têm mais bela carnção, os mais bonitos dentes e lindos cabelos.» – «A pouca liberdade que lhes é dada, torna-as tão inacessíveis aos homens, especialmente se são estrangeiros, como o são os belos retratos que estão pendurados nas paredes» – «As mulheres do povo, estão sujeitas ao mesmo regime de vigilância; encontram-se entre elas mulheres muito belas e, por mais pobres que sejam, têm uma arte e um esmero no penteado e no toucado que, para os exhibir, até na rua andam descobertas»⁴³. Costigan, traça estes retratos do camponês de Portugal: «Por isso aquela aparência geral de apatia de enfraquecimento traçada

permanentemente no rosto do aldeão português, sempre mal alimentado e muitas vezes tisonado por um sol ardente. Os mal tratados e úteis trabalhadores da terra estão curvados e cheios de rugas aos trinta anos; especialmente os indivíduos do sexo feminino arrastam uma desventurada vida, com todos os sinais de lívida velhice e a aparência de espectros andantes.»⁴⁴

Na *Voyage du ci-devant duc du Châtelet* traça-se nos períodos que a seguir se transcrevem, o retrato de portuguesas e portugueses: «O português é de seu natural orgulhoso, altivo, valente e, no geral, detesta os homens estrangeiros; acredita sinceramente que a sua nação é a mais esclarecida e perfeita do universo.» – «Há poucos povos mais feios que o de Portugal; os homens são atarracados, morenos, desajeitados e o que lá vai por dentro corresponde à desagradável aparência, principalmente em Lisboa, onde os homens parece acumular todos os vícios da alma e do corpo.» – «Nas províncias setentrionais, os homens não são tão escuros nem tão feios, são mais francos, mais dados à convivência, mais valentes e mais trabalhadores.» – «No geral, os portugueses são vingativos, ordinários, vaidosos, motejadores, muito presunçosos, invejosos e ignorantes.» No entanto reconhece que são patriotas, amigos generosos, fiéis, sóbrios, caridosos e seriam bons cristãos se não fossem fanáticos.

Quanto à mulher portuguesa, não há europeia com tão boa carnção, dentes mais brancos, cabelo assim formoso e abundante. Vestem mal e calçam pior. Andam devagar e sem elegância, as pernas mal feitas e os pés grandes. Têm espírito e são talvez mais animadas que as francesas. Quanto a galantaria, levam a palma a

todas as europeias – têm expressa no rosto a sedutora meiguice que dá e pede prazer» – Qualquer aventura, porém, é perigosa e nela se arrisca a vida por causa do ciúme dos maridos e da cruel austeridade da família⁴⁵.

Murphy considera e proclama que a mulher portuguesa é casta, modesta e extremamente fiel ao marido – e não diz mal dos maridos.

Carrère – suscitíssimo depoente, no consenso geral – assim escreveu da mulher portuguesa: «Elas são doces, afáveis, amáveis, afectuosas e meigas e sabem fazer-se desejar. Têm espírito natural que, se fosse cultivado, podia ir longe. Quanto a educação, essa é absolutamente desleixada na mulher portuguesa, se acaso elas recebem alguma. Ficam abandonadas à sua natureza e só a esta devem o que têm de bom. Dissimuladas desde a infância, tornam-se inexcedíveis no fingimento; o rosto nunca se altera e debaixo da máscara da mais inocente conduta, oculta-se a mentira»⁴⁶.

c) A ÍNDOLE E O CARÁCTER DOS PORTUGUESES

Para conhecer a índole o carácter de um povo três condições, pelo menos, são necessárias àquele que o pretenda: longa permanência no país, convívio e intimidade com as diversas camadas sociais da nação e simpatia que não prejudique a objectividade. Dos viajantes estrangeiros em Portugal no século XVIII de que nos temos vindo a ocupar, além do que se acobertou com o nome de Arthur William Costigan, nenhum aqui fez longa permanência e dos que mais se

demoraram, em uma ou mais viagens, como Murphy, Southey e Beckford, nenhum permaneceu aquele mínimo de dez anos que Meier Graefe, no seu livro de *Viagem em Espanha*, estabeleceu como necessário para o conhecimento dos povos da Península. Merveilleux, que, aliás, não veio aqui como viajante mas como estipendiado por D. João V para escrever uma história natural do país, demorou três anos incompletos, manifestando no que escreveu do nosso país disposições à compreensão e à simpatia. Baretto, de Portugal quase só conheceu Lisboa, os arredores e o caminho para a fronteira do Caia, permanecendo um mês. Dumouriez por aqui estanceou alguns meses – porque Pombal, logo que deu por ele, lhe não permitiu maior demora. Saussure veio aqui parar por acaso e apenas demorou um mês, só saindo de Lisboa para os mais próximos arredores. O autor que usurpou o título de duque de Châtelet (muito provavelmente, como se disse atrás, Desoteux, que durante a *Chouannerie* adoptou o nome de Comartin) esteve em Portugal apenas alguns meses do ano de 1777. E, embora houvesse declarado a Pombal que, «acostumado a viajar desde muito novo, se habituara a visitar sempre o interior dos países onde se encontrava, não se limitando às principais cidades e portos de mar, onde não havia novidades»⁴⁷, embora dissesse ser esta a sua maneira de viajar, o que é certo é ter deixado de Portugal uma imagem pouco fiel. Diogo Ferrier, que se ocultou sob o pseudónimo de Costigan, por ter querido fazer do seu livro um libelo contra a Igreja e contra o Governo, não nos deixou o produto do seu conhecimento e experiência de Portugal nos dezoito anos que aqui viveu, servindo no exército.

Admitindo que disse verdades, é certo que nunca disse a verdade toda; e as que escreveu foram escolhidas entre as que mais lhe serviam para desacreditar um país onde só recebeu benefícios e donde, afinal, pela sua má conduta teve de ser expulso. Tanto o livro do suposto Costigan como o de Carrère – são vinganças.

Dalrymple atravessou o país de corrida, com as disposições com que o civilizado olha os bárbaros.

Murphy, que a Portugal veio mais de uma vez, demorou aqui alguns anos, conviveu com portugueses de várias condições e estados, simpatizou com a gente e a terra de Portugal, país onde encontrou encantos que se percebe terem sido maiores do que confessou, não por dissimulação mas por falta de dotes literários para os expressar.

Link percorreu Portugal de Norte a Sul, demorou aqui quase dois anos; e, se não teve uma visão de Portugal rigorosa, teve o propósito honesto de ser verdadeiro e justo.

São estes os principais autores (outros os copiaram ou repetiram e não cabe aqui citá-los) que criaram a imagem de Portugal que ia ficar na Europa do seu tempo e, por lento reflexo, entre nós, em perspectiva histórica, quando já no resto da Europa estava esquecida.

Em resumo: na obra desses viajantes os portugueses são apodados de

Vaidosos e impostores;
Altivos e arrogantes;
Hipócritas;
Vingativos;

Ignorantes;
Velhacos;
Traíçoeiros;
Desonestos;
Pedinchões;
Inconstantes;
Supersticiosos;
Fanfarrões;
Sensuais;
Ciumentos;
Preguiçosos.

Alguns concedem-lhes algumas boas qualidades, tais como serem

Sóbrios;
Corteses e familiares;
Espirituosos;
Entusiastas;
Valentes;
Económicos;
Bons soldados, embora refractários à disciplina.

Para descrédito de um povo, foi o suficiente e o bastante. É certo que muitos deles atribuíram ao clero as causas destes defeitos. Outros culpavam também as instituições e a forma de governo – mas nem por isso o povo português ficou mais digno aos olhos da Europa. Alguns poucos viajantes que, ao finalizar o século XVIII, mais intimamente o conheceram e conscienciosamente o apreciaram, tentaram refutar as calúnias e emendar os

erros. Mas a imagem estava modelada e por várias vias fora posta a correr.

A DIVULGAÇÃO DIDÁCTICA

O tema deste opúsculo exigiria uma maior amplitude no seu desenvolvimento e na utilização dos textos em que se fundamenta, assim como pede uma perspectivação histórica sob os pontos de vista económicos, sociais e políticos que não pode ser feita, tanto quanto possível completa, numa publicação com a índole das que compõem esta Colecção.

Sem exceder os limites impostos, cabe ainda aqui fazer uma amostragem, restrita, portanto, mas não insuficiente, de uma das vias de expansão da imagem que de Portugal deixaram os vários estrangeiros que escreveram sobre o país e a nação portuguesa. Os caminhos dessa expansão foram vários e, quanto a nós, três os principais.

Um foi a via oral, de que, como é óbvio não temos hoje documentação, embora existam vestígios: as práticas dos pastores protestantes, as conversações, os pedantescos discursos maçónicos; outro, a livresca como sejam as *Lettres Persanes* e as *Lettres Juives*, dois exemplos apenas entre outros muitos, mas de menor graduação. Finalmente, os livros didácticos.

Tanto o marquês d'Argens, autor das *Lettres Juives*, como Montesquieu, nunca estiveram em Portugal, nem transpuseram os Pirinéus. Creio mesmo que a principal fonte de informação de Montesquieu sobre a Espanha e Portugal foi M.^{me} d'Aulnoy, sobre quem há dúvidas que

tivesse estado em Espanha, sendo seguro que nunca esteve em Portugal.

Quanto a livros didáticos, vamos socorrer-nos de algumas obras do tempo de que pudemos ter notícia. São elas: *Nouv. Méthode pour apprendre la géographie*, de De La Croix; *Abrégé de Géographie ou méthode pour apprendre ch.*, publicado em Rouen em 1716; *Il mondo antico, moderno e novissimo* publicado em Veneza em 1722; o livro de Gordon, traduzido para francês em 1748 com o título *Grammaire géographique*; a *Géographie historique, ecclésiastique et civile*, de Vaissete (1755); a *Géographie*, de Bushing (1779); e a *Géographie comparée*, de Mentelle (1784), na parte intitulada *Portugal moderne*.

Folheando estes livros, com paciência e coragem, encontram-se caracterizações dos povos ibéricos iniludivelmente decalcadas sobre os testemunhos dos viajantes, como, numa forma sucinta e breve, vamos dar algumas amostras que reputamos suficientemente elucidativas. Assim, no leitor incipiente, no estudante e no estudioso de cultura média, ficava aceite o conceito do povo português que fora inculcado pelos viajantes.

Vejamos o que dizem esses livros àcerca dos portugueses:

Soberbos e Orgulhosos

«... é um povo soberbo e presunçoso em extremo, com grande desprezo pelos estrangeiros» – De la Croix, *Nouv. Méth.* – 2.^a ed., 3.^o vol., p. 79;

«São muito orgulhosos, presunçosos e bastante cúpidos» – *Méth. abrégée*, p. 275;

«Os portugueses são fugosos e geralmente considerados como orgulhosos e presunçosos, por natureza» *Abrégée de Géog.*, p. 62;

«São acusados de soberbos e de amarem em excesso os prazeres da carne» – Expilly – *Le Géographe Manuel*, p. 13 1.

Sóbrios

«Os portugueses são sóbrios na sua maneira de viver» – *Méth. abrégée*, p. 275;

«Os portugueses... são sóbrios na alimentação» *Abrégée de Géog.*, p. 62;

«Os portugueses são valentes, sóbrios, mais amigos de trabalhar que os espanhóis» – *Méth. abrégée*, p. 289.

Ignorantes

«Quanto a estudos, há que dizer que presentemente se encontram em evidente decadência» – *Il mondo antico*, p. 25 do tomo 1.º;

«As universidades, as academias que existem, podiam desaparecer sem que a Europa culta desse por

isso... Em geral, os portugueses são inteligentes mas ignorantes, julgando que o não são, que é a maneira mais segura de o continuarem a ser» – *Géogr.*, de Bushing, t. VI, p. 13.

Aspectos gerais

«Os portugueses são bem educados, generosos, bons soldados, económicos, mas vingativos; são menos ignorantes que os espanhóis; são mais sociáveis, embora muito ciumentos das suas mulheres» – Vaissete – *Géogr. Hist.*, t. VIII, p. 406;

«Os portugueses são corteses, generosos, valentes, espirituosos... São considerados vingativos» – *Dict. Géograp.*, 1757, p. 469;

«Os portugueses têm boa presença, são bastante robustos, bons soldados, marinheiros experimentados, hábeis no comércio, económicos, ciumentos, insolentes, activos, de um orgulho insuportável, muito convencidos dos seus méritos, muito dedicados ao seu rei que consideram superior a todos os monarcas do mundo. As mulheres são formosas, espirituosas, finas, de mau génio, bastante galantes, sendo até acusadas de usarem mal os momentos de liberdade que podem furtar à vigilância dos maridos, que as guardam à vista, podendo mesmo dizer-se que são as mais oprimidas da Europa, com excepção das turcas» – *Géogr. Histor.* etc., 2.º vol., p. 350;

«Os portugueses são pouco activos e aquilo a que eles chamam o seu sossego seria, entre nós, considerado preguiça. Só a absoluta necessidade, a precisão absoluta de prover à subsistência os pode tirar desta apatia. Pouco industriosos, a maior parte dos artífices e dos operários são estrangeiros... . Depois de que tenho dito dos costumes... dos portugueses, calcula-se facilmente que eles sejam pouco instruídos, mandriões, supersticiosos. A ociosidade, o seu carácter torna-os concentrados, o que faz que as suas paixões sejam mais imperativas e sombrias. Daí a sua tendência para os ciúmes, para a vingança e para a crueldade» – Mentelle – *Géogr. comp.*, p. 182.

Parte destas obras didácticas foi decalcada sobre outras que as antecederam, mas estas mesmas foram fundamentadas, quase copiadas das obras dos viajantes que anteriormente haviam escrito sobre os portugueses. Quanto a mim, porém, foram estas obras didácticas que mais divulgaram a imagem de um Portugal que estava longe da realidade.

Os livros de viagens em Portugal no século XVIII, considerados como documentos subsidiários da história social do povo português, para serem utilizados como tal terão de ser sujeitos a análise e a crítica. Os autores terão de ser considerados em relação às circunstâncias das suas estadas e aos propósitos com que escreveram o relato delas. Os factos narrados haverá que os verificar no âmbito da história. Haverá, outrossim, que avaliar as condições históricas da aceitação de tais obras e o âmbito delas no espaço e no tempo.

Um trabalho desta natureza tem de ser forçosamente lento, paciente e inglório – mas sem ele não é legítimo considerar os livros desta espécie como fonte segura de informação, nem como justos e objectivos os seus juízos.

Empregando um termo muito em moda entre os actuais ensaístas e que passou, talvez um tanto abusivamente, da linguagem militar e náutica para os estudos sociológicos, económicos e até humanistas, o esboço desenhado nesta opúsculo tenta a «abordagem» de um problema que, como todo o problema, é composto de um conjunto de problemas. O seu estudo não tem carência de interesse para a clarificação da posição de Portugal no quadro geral da civilização europeia no século XVIII, bem como do deprimente conceito de «povo decadente» em que os portugueses viveram todo o século XIX. O conceito, em grande parte, explica a sua inércia política e social, mesmo quando se agitava em tumultos políticos que, afinal, não passavam também de outras formas de inércia.

REFLEXOS EM PORTUGAL NO SÉCULO XIX

Na primeira quadra do século XIX, os livros de viagem em Portugal escritos no século anterior foram gradualmente perdendo audiência e a imagem do nosso país no âmbito europeu foi sujeita a emendas e retoques. Emendas e retoques também tendenciosos.

Em 1811, apareceu, editada em Paris, a tradução do livro de Costigan com o título *Lettres sur le gouvernement, les moeurs et les usages en Portugal, écrites par Arthur William*

Costigan, Officier Irlandais, a son frère, traduites de L'Anglais.

A tradução não é fiel nem integral. O tradutor, porém, dotou a edição de um prefácio da sua autoria que, quanto a nós, constitui um documento significativo. E por tal qualidade merece a pena reproduzi-lo em língua portuguesa.

«Estas cartas, traduzidas do inglês, foram publicadas em Londres há cerca de trinta anos. Hesitei durante muito tempo em dá-las à estampa por causa do mal que o autor abunda em dizer do governo, do clero e principalmente da nobreza de Portugal. Reflecti, porém, que ninguém ficava obrigado a acreditar na verdade de todos os factos que o autor dá como autênticos, e que talvez lhe tenham sido contados com exageração; e que, entretanto, os pormenores que ele dá dos usos e costumes de Portugal (que ele parece ter observado mais directamente que muitos dos outros viajantes que escreveram sobre este país antes e depois dele) seriam bem recebidos pelo público, neste momento em que tudo o que respeita à nação portuguesa desperta interesse. Suprimi muitas passagens da obra, que na edição inglesa constitui dois volumes in 8º. Nela o autor faz um pomposo elogio da constituição do seu país o que assenta bem num inglês, mesmo que, como ele, não poupe o ministério britânico. Fala com irreverência da superstição dos portugueses, confundindo-a com a fé religiosa e nestes passos procedi a muitas supressões.

Quanto à forma romanesca que Costigan deu a estas cartas, considerei que, longe de as prejudicar e comprometer a sua aceitação, podia contribuir para tal, juntando-se o deleite ao interesse que tem a obra, a qual, aliás, está escrita espirituosa e energicamente.

Era de esperar que os portugueses fossem melhor tratados pelos escritores ingleses e fica-se surpreendido do contraste que existe entre o desprezo que os ingleses sempre manifestaram por Portugal e a sua conduta actual neste país, que tem sido sempre para eles uma fonte abundante de riquezas.

Qualquer que fosse a situação de Portugal aquando da publicação destas cartas em Londres, o que é certo é que tudo está ali melhor. Durante a primeira ocupação do país pelos franceses em 1806 (sic) operou-se uma mudança digna de nota. A polícia é agora ali mais eficiente; as vinganças, os assassínios, tornaram-se raros e houve uma feliz mudança no espírito público.

Não se deverá, portanto, acreditar em tudo o que diz o autor do carácter dos portugueses. As suas afirmações sob este aspecto estão actualmente desmentidas por uma parte da nação portuguesa⁴⁸.

Durante as invasões francesas e imediatamente após, as opiniões do homem médio inglês sobre o povo português modificaram-se muito, transformando-se em simpatia e, por vezes, em admiração, para o que concorria a notícia dos sacrifícios suportados pelo povo e do valor militar dos seus soldados sob o comando inglês. O ensaio de Wordsworth, de protesto contra a Convenção de Sintra, o poema de Walter Scott, *The Vision of Don Roderick*, cujo produto de venda era destinado a socorrer as vítimas portuguesas da segunda e da terceira invasões francesas, o poema de George Grenville, *Portugal*, os artigos de jornais e revistas e, finalmente, as memórias dos militares ingleses que permaneceram em Portugal durante a Guerra Peninsular

e o proconsulado de Beresford, convergiram para essa evolução de atitude.

Todo este movimento, toda esta corrente de simpatia, eram ainda ajudados pelas ilustrações que rechearam os livros de William Bradford, William Burnett, J. Cumberland Jr., Thomas Saint Clair, Henry Mathews, Stretton e outros.

Mas foi no Portugal do século XIX que os livros dos viajantes estrangeiros de setecentos passaram a ter acolhimento e a despertar interesse, quer como leitura que proporcionava uma pitoresca evasão no tempo, quer como fonte de documentação histórica.

Camilo Castelo Branco, que leu todos aqueles cuja leitura se lhe facultou e que tanto os utilizou nos seus trabalhos de motivos históricos, apreciando o trabalho de Manuel Bernardes Branco, *Portugal e os Estrangeiros*, escreveu: «Não sei de nacionalidade alguma que possua um monumento literário desta espécie. As grandes nações não têm vagar para se informarem do que a seu respeito escrevem as outras, ou descuram desdenhosas tanto a injúria como a lisonja»⁴⁹. E acrescenta: «Não me capacito que da opinião de estranhos nos advenha grande glória»⁵⁰.

Realmente, não adveio glória, mas, ao contrário, por um equívoco colectivo, radicou-se na parte mais ilustrada um complexo de inferioridade que levou ao conceito do português como povo decadente. Esse equívoco proveio da identificação da decadência do Estado e da pobreza do erário com a decadência do povo. Ora um povo nunca é decadente mas sim as suas estruturas sociais e económicas, as suas *élites* que, a partir

do século XVII, só acidentalmente e a grandes intervalos têm sido superiores ao povo que dirigem e governam.

A erudição utilizou largamente, por vezes, o depoimento dos estrangeiros, colhendo neles informações e notícias. Júlio de Castilho, por exemplo, recorreu frequentemente aos livros dos viajantes estrangeiros e comentou certa vez: «Entre os viajantes estrangeiros que falam de nós (por outra: se dignam a fazer-nos a honra de falar de nós, da nossa terra, dos nossos usos, dos nossos merecimentos, dos nossos defeitos), há uns (e *umas*) simplesmente malignos; esses só engendram caricaturas, em que, pretendendo agredir-nos, se ridicularizam a si próprios. Outros entusiasmados com o clima, com a paisagem, com a bondade do Povo, com a hospitalidade proverbial da nossa gente, com a mansidão arqueológica e patriarcal dos nossos costumes, desentranham-se em elogios exagerados; lembram os retratos femininos de Madrazo, que, sem deixarem de ser parecidos, são mil vezes mais belos que os originais, graças aos segredos do claro-escuro, da posição e da cor. Outros viajantes, enfim, misturam os encómios com as críticas e vendem as maçãs maduras de envolta com as verdes»⁵¹.

William Beckford foi, e continua a ser, dos autores estrangeiros que escreveram sobre Portugal, o mais lido e estudado. Ainda em sua vida e logo um ano após o aparecimento do livro *Italy, with Sketches of Spain and Portugal* (1834) apareceu traduzido em Lisboa, no jornal *L'Abeille*. Catarina Alves de Andrade publicou ali a sua tradução para francês de algumas cartas sobre Portugal. Em 1853, Luís Augusto Rebelo da Silva teceu em volta de Beckford e das suas estadas em Portugal o romance

Lágrimas e Tesouros. Em 1855 o mesmo Rebelo da Silva publicou n' *O Panorama* um artigo intitulado *Viagem de Beckford a Portugal* onde faz um estudo de carácter histórico e biográfico sobre o personagem do seu romance, estudo deficiente e incompleto (como então não podia deixar de ser) mas, incontestavelmente significativo. Em 1855⁵², é ainda Rebelo da Silva que faz publicar n' *O Panorama* a tradução incompleta dos *Sketches* de 1787, feita por Meira, que viria a ser cunhado de Herculano. Em Portugal, Beckford tornou-se um personagem lendário, para o que Rebelo da Silva concorreu muito, pois os que se lhe seguiram a tratar do autor dos *Sketches* sobre Portugal quase só nele se informaram.

Ainda em 1889, Oliveira Martins publicou no jornal *O Tempo* um artigo primorosamente arquiectado, com aquele talento literário que o escritor possuía para a composição destes quadros, descrevendo as jornadas do inglês por Alcobça e Batalha e fazendo, simultaneamente, uma panorâmica da corte e das classes privilegiadas de Portugal nos fins do século XVIII. Na *História de Portugal*, no primeiro capítulo do livro sétimo, ao traçar o quadro da sociedade portuguesa no reinado de D. Maria I, ao mesmo tempo pitoresca e sórdida, utilizou bastamente as obras de Beckford, de Link e de outros viajantes estrangeiros que não citou.

Maria Amália Vaz de Carvalho consagrou aos viajantes estrangeiros em Portugal no século XVIII um dos maiores ensaios do seu livro *Em Portugal e no Estrangeiro*, o qual abre com a afirmação peremptória: «Uma das leituras mais curiosas que pode haver é a de *viagens* feitas por estrangeiros de diversas nações na

nossa terra». Rápida, mas por vezes incisivamente, aprecia as obras de Barette, Beckford, Link e a *Description de la ville de Lisbonne*.

Em 3 de Março de 1832, António Ribeiro Saraiva anotava no seu *Diário*: «Li uma parte do *Compêndio de Geografia*, de Goldsmith, a respeito de Portugal. À noite, fui a casa de Shersons, onde, a propósito de alguns artigos e ditos a respeito de Portugal, no mesmo Goldsmith e no *Portugal Illustrated*, de Kinsey, tive ocasião de dissertar sobre a bondade de tantas instituições excelentes que há em Portugal, como as Misericórdias, as confrarias de beneficência, as casas de órfãos e expostos, etc., cousas em que os viajantes não reparam, vindo contar outras ridículas cousas, que nada valem.»

Em 1879 apareceu nos escaparates das livrarias o trabalho de Manuel Bernardes Branco – *Portugal e os Estrangeiros*, uma primeira tentativa, que até hoje ficou única em Portugal, da elaboração de um dicionário dos escritores estrangeiros que nas suas obras se ocuparam de Portugal e de assuntos portugueses. Nessa obra os viajantes estrangeiros em Portugal no século XVIII ocupam muitas páginas. Dá notícia muito incompleta das obras e dos autores e publica transcrições de alguns dos livros. A envergadura do autor era pequena para um tal trabalho, tanto sob o aspecto erudito, como sob o aspecto literário. No entanto, levando em consideração as condições do autor, é trabalho meritório e que, além do mais, denota corresponder à solicitação do público.

COLECTÂNEA
DE ALGUNS TRECHOS ELUCIDATIVOS
E CORROBORANTES DO TEXTO

PAÍS PACÍFICO

«De tudo o que temos vindo a dizer, deduz-se que a prosperidade de Portugal depende principalmente do comércio que os seus naturais praticam nas Índias Orientais, no Brasil e nalgumas feitorias que ainda conservam em África. É, porém, manifesto que as forças deste reino, comparadas às de outros poderosos estados da Europa, são insuficientes para atacar qualquer delas em guerra declarada e tentar qualquer invasão. É esta a razão porque o interesse desta Coroa consiste em procurar os meios de se conservar no estado actual e não fazer guerra a qualquer outra nação que seja poderosa no mar, receando que ela lhe vá invadir as suas províncias longínquas.»

Pufendorf – Introduction à l’histoire des principaux États..., trad. francesa Amsterdarn, 1710, I vol., p. 141

«RICA A USBEK»

«Remeto-te a cópia de uma carta que um francês que actualmente se encontra em Espanha escreveu para aqui. Creio que a sua leitura te vai divertir.

«Há seis meses que viajei por Espanha e por Portugal, vivendo entre povos que, desprezando todos os outros, só aos franceses dão a honra de odiar.

A gravidade caracteriza as duas nações, a julgar pelo que nos salta aos olhos. Manifesta-se principalmente de dois modos: pelos óculos e pelo bigode.

Os óculos querem fazer ver que aquele que os usa é um homem consumado nas ciências, mergulhado em profundas leituras, que lhe enfraqueceram a vista e todo o nariz ornado ou cavalgado por óculos pode ser considerado, sem contestação, um nariz de sábio.

No que respeita ao bigode, este, por si próprio, se impõe ao respeito; e, independentemente do fim pretendido, pode também servir os interesses do príncipe e a honra da nação, como o demonstrou um famoso general português, nas Índias: encontrando-se em apuros de dinheiro, cortou um dos bigodes e deu-o por penhor aos habitantes de Goa aos quais pedira vinte mil «pistolas», que lhe foram emprestadas, tendo ele mais tarde resgatado o penhor.

Facilmente se concebe que povos graves e serenos como estes sejam orgulhosos, como, de facto, são. Ordinariamente fundamentam esse orgulho em duas coisas muito de considerar. Os que vivem nos continentes de Espanha e de Portugal, consideram-se seres superiores quando são daqueles que se designam de cristãos-velhos, isto é: não provindo daqueles que a

Inquisição converteu no curso dos últimos séculos à religião cristã. Os que andam pelas Índias não se sentem menos privilegiados quando consideram que têm o merecimento sublime de serem, como eles dizem, homens brancos. Nunca houve, no serralho do Grão-Turco, sultana mais orgulhosa da sua beleza como é o mais velho, o mais vil maroto, da brancura morena da sua pele, logo que chega a uma cidade do México e se senta, de braços cruzados, no portal da sua casa. Um homem desta qualidade, uma criatura assim perfeita, não deve trabalhar nem que seja em troca dos maiores tesouros do mundo e nunca estaria disposto a comprometer a honra e a dignidade da sua pele numa actividade vil e mecânica.

Porque convém saber que em Espanha, logo que se possa acrescentar às qualidades a que me referi o merecimento de possuir uma grande espada ou ter aprendido com o pai a arte de tanger numa guitarra desafinada, já não se trabalha. A honra exige o repouso dos seus membros. Aquele que passa dez horas do dia estirado goza do dobro da consideração daquele que só mandreia cinco, porque é na ociosidade que se adquire a nobreza.

Mas, embora estes invencíveis inimigos do trabalho ostentem uma tranquilidade filosófica, os seus corações vivem agitados porque estão num permanente estado de paixão. Não há no mundo homens que como eles estejam dispostos a morrer de ternura debaixo das janelas das suas amadas; e o espanhol que não esteja constipado não poderá ser tido como leal amante.

Antes de tudo, são devotos e, logo a seguir, ciumentos. Evitam a todo o transe expor as suas

mulheres aos ousios de um soldado cosido de costuras ou de um magistrado decrépito, mas não têm dúvida em as deixar fechadas numa casa com qualquer noviço ardoroso que anda com os olhos no chão, ou com um robusto franciscano que os traz sempre bem abertos.

Podem consentir que suas mulheres apareçam em público com os seios descobertos, mas nunca permitirão que elas mostrem o calcanhar ou descubram a ponta do pé.

Todos sabem que as penas de amor são cruéis, mas para ninguém mais do que para os espanhóis. As mulheres curam-lhes estes males fazendo-os mudar de objecto, mas a triste recordação da paixão passada fica duradoura.

Usam de umas pequenas delicadezas que, em França, não parece terem cabimento; por exemplo, um capitão não bate num soldado sem primeiro lhe pedir licença e a Inquisição nunca queima um judeu sem lhe pedir perdão. Os espanhóis que não são queimados exibem uma tal veneração pela Inquisição que seria de mau gosto privá-los dela. Eu desejaria que se estabelecesse uma outra, não contra os heréticos mas contra os heresiarcas que acreditam que as praticzinhas freiráticas, têm a mesma eficácia que os sete sacramentos, que adoram tudo o que os frades veneram e que são tão devotos que quase deixam de ser cristãos. Não é impossível encontrar espírito e bom-senso nos espanhóis – mas é tempo perdido procurá-los na sua literatura. Dai-vos ao trabalho de visitar uma das suas bibliotecas: por um lado romances, do outro escolásticos. E haveis de vir a concluir que a colecção foi feita por algum inimigo da razão humana.

O único dos seus livros que vale é aquele em que se ridicularizam todos os outros.

Descobriram territórios imensos no Novo Mundo, mas ainda não conhecem o seu próprio país, existem nos seus rios pontes desconhecidas e nas suas montanhas vivem povos que lhes são desconhecidos.

Dizem que o Sol nunca se põe nos seus domínios; mas, percorrendo-os, não se encontram senão campos ao abandono e províncias desertas.

... ..
Montesquieu – Lettres Persanes (1721) – Lettre LXXVIII

NOTA – Estas páginas, inseridas numa obra célebre, não atingem a categoria de satíricas por não passarem de uma troça. Montesquieu, que nunca pisou terras de Espanha nem de Portugal, auxiliado por M.^{me} d’Aulnoy, imaginou os dois povos peninsulares, que amalgamou num só designado por espanhol, de que troçou – afinal pelo que criou a sua imaginação. A chacota é bem evidente no meio bigode de D. João de Castro e no que diz do Quixote, esquecendo que a rica literatura castelhana do século XVII deu até para enriquecer a francesa, como é o caso de Corneille.

A superficialidade desta troça, que parece ter pretendido ser uma crítica, assombra-nos num autor da categoria de Montesquieu; mas, em boa verdade, o século das luzes, da filosofia, dos enciclopedistas, foi, incontestavelmente, superficial. As vastas construções sistemáticas e tendenciosas, o pedantismo pseudofilosófico, encobriam a falsa erudição. E se a obra dos filósofos e enciclopedistas do século dezoito contribuiu para o desenvolvimento e progresso da cultura, não foi pela substância das

obras dos seus escritores representativos mas pela larga abertura ao espírito crítico que as animava.

HOMENS E MULHERES DE LISBOA

«Os portugueses são altos, bem parecidos e robustos mas na sua maior parte muito morenos, o que resulta do clima e ainda mais dos cruzamentos com negros, como costuma ser frequente entre a gente do povo. Justifica-se esta última hipótese reparando na tez da nobreza que, sem estes cruzamentos, conserva bom sangue. São os portugueses ciumentos no mais subido grau, além de dissimulados, vingativos, motejadores, frívolos e presunçosos sem justificação, não tendo, excepção feita à nobreza, mais do que uma educação rudimentar. No geral não viajam; e os que saem do reino apenas vão ao Brasil, a África ou às Índias Orientais, que descobriram. Estes defeitos são, porém, compensados por outras qualidades estimáveis. Possuem muita vivacidade e penetração e são invulgarmente submissos aos seus príncipes. Muito reservados, fiéis amigos, generosos, caritativos com a parentela necessitada. Sóbrios na alimentação, quase só comem peixe, arroz, aletria, legumes, doçarias, bebendo habitualmente apenas água.

A fidalguia não é rica e vive sem pompa; veste-se bem, à francesa, e tem muito boas maneiras. As pessoas mais importantes do Terceiro Estado usam gola, gibão de baeta preta e uma capa do mesmo tecido. O povo miúdo usa capote de verão e de inverno, o que contribui muito a tornar os criados desmazelados e presunçosos.

Este uso é também contrário aos bons costumes, por facilitar o incógnito às pessoas mal intencionadas. Todos os portugueses, sem exceptuar os seus escravos negros, usam espada, cuja lâmina é de três quartos e meio ou de uma vara de comprimento. Outrora usavam mais um adaga ou punhal, armas que foram proibidas há alguns anos atrás. Vêm-se na rua frequentemente indivíduos arrastando uma longa espada ou trazendo-a, a maior parte das vezes, debaixo do braço; e, com o rosário na mão, conversam de negócios ou dos seus divertimentos sem interromperem as orações, ou o que como tal parecem fazer, especialmente quando estão em grupo.

Exibem a sua devoção, o que engana a quem os não conhece; e falo em exibição porque não se pode deixar de convir que, com o fundo de religião que possuem, a sua prática, em geral, se manifesta sempre acompanhada de muitas partes.

A gente comum junta-se em grupos diante de pequenos nichos onde reza, esbofeteando-se violentamente. Nas procissões da quaresma flagelam-se horripelmente, arrastam cadeias, caminham de joelhos, carregam barras de ferro em forma de cruz e fazem outras penitências no género. Contudo, muitos levam uma fita no ombro para serem reconhecidos pelas suas amadas. Outros, não há dia em que não vão namorar para a igreja, fazendo sinais; e ali passam, com destreza, bilhetinhos de amor. Já se está tão habituado a presenciar estas cenas que até os portugueses mais escrupulosos se não escandalizam com tais irreverências.

Acrescentarei que a excelência do clima e a doçura da vida tornam os portugueses mandriões, ociosos,

conformados à mediocridade. Nem por isso, porém, deixam de ser chicaneiros; a própria lei obriga aqueles que intentam um processo e o perdem a pagar multa a favor do real erário na décima parte do valor do litígio.»

«As portuguesas são muito belas, bastante cheias, de pele branca, possuindo, em geral, lindíssimos olhos e muita vivacidade. Algumas damas de condição vestem-se e penteiam-se à francesa; mas o mais usual é o penteado simples, consoante a condição e a fortuna da dama. Usam as senhoras por cima dos seus vestidos um grande manto preto franzido na cabeça, por forma que a cara e o corpo só possam ser vistos por aqueles a quem elas desejam conceder tal favor, para o que, de uma maneira ingénua, abrem rapidamente esta espécie de manto, como se não tivessem outro propósito senão o de se refrescarem. As damas de grande categoria saiem da liteira, seguidas por um escudeiro a cavalo, e as mulheres e filhas dos burgueses em cadeira com rodas ou então a pé, acompanhadas de suas criadas.

...Quanto a conversar com homens, as mulheres portuguesas só podem falar com frades e com padres; e quanto a recreações não lhes é permitida outra que não seja a de espreitar, através das gelosias das janelas, quem passa ao alcance da vista.

Em Lisboa as mulheres só se podem ver no caminho que medeia entre a casa e a igreja; ou então na igreja, onde ocupam a nave, separadas dos homens. Isso, porém, não impede que os sinais e a linguagem pelos dedos não substituam a palavra. Estes sinais fazem-se de parte a parte, de uma maneira tão subtil e tão prudente que um estranho, sem conhecimento deste

costume, juraria que os dois dialogantes não haviam trocado uma palavra.

A mulher lisbonense aguarda as procissões da quaresma com grande impaciência, porque é a ocasião em que lhe é permitida sair à rua a fim de assistir às cerimónias. Aquelas que desejam aproveitar este tempo de liberdade para outros fins, podem fazê-lo sem risco, sendo quase impossível vigiá-las por causa da grande quantidade de mulheres que nestas ocasiões andam na rua, bem como pela uniformidade dos trajos. Na noite de quinta-feira santa também a mulher de Lisboa visita as igrejas; e, enquanto os maridos dormem tranquilamente, firmes na convicção de que não devem contrariar a devoção verdadeira ou fingida das esposas, há quem diga que os encontros marcados não ficam esquecidos e que é nestas ocasiões que muitas mulheres se desforram dos tempos de aperto.

A maioria da criadagem é composta de escravos negros, sobretudo na casa daqueles portugueses que estão em condições de os comprar. São preferidos aos criados brancos por serem mais dóceis, amansados pelo temor de serem vendidos para o trabalho nas minas. No geral, os criados brancos são mais patifes e insolentes. Cumpre dizer, porém, que quando são bons, pela sua dedicação e competência, são os melhores criados do mundo.

Também se vêem muitas pretas; e muitos donos as possuem em número relativamente grande, não para seu serviço mas como instrumentos de um negócio lucrativo. Consiste o negócio em as pôr a trabalhar pela cidade, recebendo como rendimento as soldadas das negras, quinze ou dezoito soldos por dia. Tudo o que as

negras receberem a mais desta última quantia fica para elas se vestirem e comerem, pois os donos apenas são obrigados a dar-lhes guarida. Têm estas pretas o exclusivo das caiações e lavagem das casas e as que são trabalhadoras e económicas juntam em poucos anos o bastante para a alforria.

As crianças são criadas de cabeça ao léu e os homens estão por tal forma acostumados a terem a cabeça descoberta que, tanto no verão como no inverno, assim que chegam a casa tiram a peruca e nem sequer abrigam a cabeça com um barrete; pretendem eles que a cabeça é a chaminé do corpo e que assim descoberta mais facilmente evapora os fumos do corpo.

Description de la Ville de Lisbonne, etc. – Paris, 1730, pp. 90 e segs.

«JACOB BRITO PARA AARÃO MONCECA»

«A índole dos portugueses, meu caro Monceca, não causa surpresa a quem tenha estado algum tempo em Espanha, pois já vem acostumado a ver uma gente cheia de engenho, supersticiosa e devotada aos frades.

Ao chegar a Lisboa, se não fosse a alacridade dos portugueses, não teria notado que tinha mudado de terra. Os portugueses podem ser considerados os gascões da Espanha: a mesma boa opinião acerca de si próprios e quase tanto engenho e expediente como os habitantes dos arredores do Garonne. São menos sisudos que os espanhóis, mas são, tanto como eles, vaidosos, se não mais. Se os tomássemos a sério, não

havia português que sozinho não tivesse desbaratado um exército espanhol, e Alexandre, César, Tamerlão, Maomé II, Henrique IV e Carlos XII não passam de poltrões comparados com os simples soldados portugueses que a si próprios se concedem o título de heróis. Os espanhóis, como se calcula, não concordam, nem de leve, com este surpreendente heroísmo, mas, ao contrário, consideram que um só castelhano chega para pôr em debandade todo o reino de Portugal.

*Et qu'il n'est aucun d'eux, que le Ciel n'ait fait nâître
Pour régir les Mortels, et leur parler en Maître*

Para decidir nesta disputa, desde que tomada a sério, não bastará a história? Os espanhóis dominaram em Portugal durante largo tempo e, sem o cardeal de Richelieu, provavelmente Lisboa ainda estava subordinada a Madrid. Não só Filipe II conquistou Portugal num abrir e fechar olhos como também os seus sucessores conservaram a conquista durante cerca de sessenta anos, tempo que decorreu com desvantagem para os portugueses. É certo que o país é pequeno em relação à Espanha, motivo porque se não pode considerar grandes façanhas nem a conquista nem o domínio. Seja, porém, como for, não existe aqui matéria para grande polémica. Enquanto existirem portugueses, estes pretenderão ser mais valentes que os espanhóis que por sua vez, pelo visto, enquanto houver mundo, lhes hão-de pagar na mesma moeda; e não é fácil que duas nações tão cheias de si próprias cheguem a ponto de admitirem a igualdade entre ambas.

O ódio e o ciúme que existem entre espanhóis e portugueses bastam para que mutuamente ignorem as mais louváveis e essenciais qualidades de uns e de outros. Assim, não há que fiar no que um espanhol diga de Portugal ou um português da Espanha. O mesmo seria que fazer fé nos direitos de alguém pela informação do contestatário desses direitos.

Quando estive em Madrid foi-me contada a história de um oficial que é bem uma amostra das fanfarronadas espanholas. Durante a última guerra, quando os franceses combateram em Espanha para colocar no trono Filipe V, os portugueses, como se sabe, tomaram o partido de Carlos III. O conde de Atalaia, fidalgo português que comandava um regimento de tropas alemãs enviadas para as fronteiras de Portugal, intimou a um oficial espanhol, entrincheirado com trinta homens, que se rendesse. A resposta deste foi uma fuzilaria cerrada, defendendo-se com inusitada valentia. Por fim, os alemães tomaram-lhe a posição e depois de o terem aprisionado, levaram-no à presença do conde da Atalaia – *Quem vos ordenou*, disse-lhe este general, *a defender-vos com trinta homens contra quatrocentos? Não sabeis que eu vos deveria fazer punir severamente por haverdes, com a vossa bravura disparatada, causado a morte a grande número de pessoas de bem?*

O espanhol ouviu com muito sangue frio a fala do Conde; mas, irritado pela maneira como ele lhe falava, respondeu: *Perdoai-me; eu ignorava que defrontava alemães e julguei que só combatia com quatrocentos portugueses.* O conde da Atalaia considerou a resposta insolente e queria à viva força castigar o oficial. Os alemães, porém, chamaram-lhe a atenção para as consequências de uma tal violência, e que, eles, no receio da represália,

entendiam dever respeitar-se a condição do oficial, tendo o espanhol apenas sofrido ser mal tratado durante o tempo em que esteve preso.

Por muito orgulhosos que sejam os portugueses não deixam por isso de ser submissos com os frades, que gozam aqui, ainda, de maior ascendente do que em Espanha. A Inquisição é em Portugal mais severa do que em Espanha e aí daquele que lhe caia nas mãos.

Uma coisa que só há-de surpreender, meu caro Monceca, é que apesar de a Inquisição ser aqui tão severa e tão cruel, subsista um tão grande número de judeus disfarçados. Afirmam-me que entre as pessoas mais categorizadas e ricas de Lisboa se encontram ainda muitos israelitas fiéis à crença de seus pais.

Não me atrevo a informar-me abertamente deste género de coisas; e, apesar do carácter de que me acho revestido como comissionado, não revelo a minha religião. Para maior segurança, disfarço o que sinto, porque o poder dos inquisidores é tão grande neste país que nem a autoridade do rei me poderia defender do seu ódio e sanha.

Estou considerado em Lisboa como Enviado da República de Génova e toda a gente, exceptuando os ministros, julga que sou nazareno. Julguei que seria prudente confiar aos ministros o meu segredo a fim de poder contar com a sua protecção, se tal fosse necessário. Entretanto, estou tratando de despachar tão depressa quanto possível os meus negócios. Não estou aqui tranquilo; e, graças ao Deus de Israel, conto partir em breve. Depois de uma tão grande viagem, anseio por voltar a Constantinopla, ao seio da minha querida família. Creio que tu terás o mesmo desejo; mas como o

não podes já satisfazer, tenta esquecê-lo pois esse constante desejo só pode turvar os prazeres que te estão a ser proporcionados. Se a tua viagem dura mais do que a minha, a tua satisfação será maior logo que a termines.

Quanto mais caro em trabalhos nos custa qualquer bem, melhor o apreciamos. E, confesso-te, meu caro Monceca, que me penalizaria muito não ter percorrido, como o fiz, uma parte da Europa. Apesar das dificuldades que encontrei nas minhas viagens, tirei delas, pelo menos, a vantagem de conhecer os homens e de reflectir sobre as suas extravagâncias.

Portugal proporciona a um filósofo poucos elementos que lhe aperfeiçoem os conhecimentos. Aqui, ignora-se completamente aquilo a que se chama a boa filosofia. Neste país, Aristóteles, ou melhor, os seus comentadores, estão encarregados de combater o bom senso e as Luzes Naturais. Descartes e Newton são tidos por emissários do Diabo e as suas obras são consideradas como criações infernais, ou pouco menos. Talvez existam alguns particulares que leiam os escritos destes filósofos, mas serão em pequeno número, e os frades excomungam-nos.

Embora os portugueses sejam maus filósofos, não deixam, por isso, de cultivar as ciências. Existe em Lisboa uma academia composta por pessoas bastante instruídas nas Belas-Letras. O rei protege e promove o desenvolvimento das Belas-Artes e acolhe lhanamente os estrangeiros que para tal possam contribuir. E pode bem dizer-se que as Ciências são muito mais estudadas em Portugal do que em Espanha. Mas para quê prosseguir nesses estudos? Se a inteligência tem de estar cativa e vigiada, nunca poderá haver em Portugal

verdadeiros sábios. À primeira descoberta que fizessem, passariam a ser tratados como o infortunado Galileu e o mais certo era ir para a cadeia. Oh, frades! Peste do género humano! Flagelo que o Céu, na sua cólera, instalou entre os homens! Quando será que a divindade, condoída dos desgraçados mortais, aniquilará esta miserável raça? Se presenciasses, meu caro Monceca, até onde vai a sua insolência neste país, ficarias espantado de haver quem tal permita e sofra.

Os recoletos franciscanos são os que aqui predominam. São os heróis da sedução. As suas sandálias andam apresilhadas com fitas verdes, azuis, vermelhas ou amarelas consoante é a côr da libré das senhoras a quem se dedicaram. São elas que tomam ao seu cuidado o calçado destes reverendos padres, e não há nenhum deles que não tenha a sua Dulcineia por quem suspira. Os frades de outras ordens não são menos galanteadores; e, para ser feliz, em Lisboa, na prática da galanteria é imprescindível vestir um hábito.

Os portugueses, de uma maneira geral, são mais competentes no comércio do que os espanhóis e por isso afluem aos portos portugueses uma grande concorrência de navios estrangeiros. Os ingleses, principalmente, mantêm aqui um comércio considerável, estando muitos estabelecidos no país, e desfrutando de muitos privilégios.

Os portugueses têm grande interesse em tratar bem os ingleses e estes não o têm menor na sua ligação aos portugueses. A Espanha é a principal causa que está na base desta união. À Inglaterra não convém que esta potência se engrandeça, e os interesses de Portugal são idênticos.

Antes que se constituíssem as Províncias Unidas, os portugueses possuíam nas Índias estabelecimentos mais consideráveis que aqueles que hoje ali possuem. Enquanto Portugal esteve submetido à Coroa de Espanha perdeu, durante as guerras desta Coroa com as Províncias Unidas, uma grande parte das conquistas que havia feito nessas paragens longínquas. Contudo ainda lhe restam domínios muito consideráveis, seja nas Índias Orientais, seja nas Ocidentais, e Lisboa é uma das cidades mais comerciais e ricas do Universo.

As mulheres deste país, são, no geral, tão formosas e tão bem proporcionadas quanto os homens são feios e mal ajeitados. O belo sexo é aqui muito oprimido. Os portugueses são mais ciumentos que os espanhóis, que já o são bastante. As mulheres portuguesas são mais escravas do que esposas. Raramente vão à rua e quanto mais elevada é a sua situação, mais desventuradas são. O ciúme dos seus maridos é tanto que fazem construir capelas em seus palácios para assim impedirem que elas frequentem as igrejas. Nisto, imitam eles os ricos maometanos que dotam as suas casas com banhos para que as mulheres que lhes pertencem não tenham de sair, sob o pretexto de irem aos banhos públicos.

Da opressão em que é mantido o belo-sexo em Portugal, resultam certos crimes desconhecidos noutros países. O clima quente aliado ao constrangimento que excita os apetites, fazem que se saltem todas as barreiras, acontecendo com frequência que um irmão se torne o sedutor da irmã. Os portugueses não consideram este horrível crime mais que como um *pecadito*. Como, porém, para ser absolvido basta uma viagem a Roma, nem a distância nem as fadigas da jornada lhes

amortecem os desejos; e, a acreditar na maledicência, estes amores incestuosos são muito comuns em Portugal. O que é certo, porém, é que britam pedra em Roma, nas escadarias da basílica de S. Pedro, que é a penitência dada a esta sorte de crimes. Os portugueses são na proporção de dez para um de qualquer outra nação.

Facilmente conjecturas, meu caro Monceca, que os estrangeiros não encontram nada que os divirta num país onde as mulheres vivem assim reclusas e onde o ciúme é violento. Resta-lhes apenas gastar o dia nalgum miserável café ou numa má hospedaria. Nestes últimos estabelecimentos pululam as prostitutas envelhecidas no deboche e quase tão perigosas ao forasteiro como a qualquer dos nossos irmãos ser apanhado pela Inquisição. É necessário ter muitas ocupações para que se possa permanecer muito tempo em Lisboa.

Sem isso, rapidamente nos enfadamos da vida que se é obrigado a levar. Os portugueses vivem fechados em casa e só saem para tratar da vida. As suas casas são tão cuidadosamente guardadas como os serralhos turcos e torna-se impossível a um estrangeiro, por mais amável e sensato que seja, frequentar neste país qualquer sociedade aprazível. A própria corte do rei tem um aspecto de clausura e tristeza. Tudo decorre ali com uma gravidade dirigida e regulada pelo ciúme. As damas fazem corte à rainha soberbamente paramentadas e cobertas de pedrarias; mas estão tão vigiadas que é quase impossível poderem punir os seus maridos da escravidão em que as mantêm.

Entretanto, é verdade que, apesar de todas as suas precauções, acontece por vezes que o amor alcança

forçar as grades. Mas para isso é necessário usar de tanta arte e estar por tal forma prático nos usos do país, que é impossível que um estrangeiro alcance boa fortuna com uma dama de categoria – e isso é o mais que pode esperar um homem nado e criado no país.

Passa bem, meu caro Monceca, vive contente e feliz e que todos os teus empreendimentos resultem:

Letres Juives ou Correspondance Philosophique, Historique & Critique, entre un Juif Voyageur à Paris & ses Correspondans en divers endroits – Nouvelle Édition – A Lausanne & à Genève – Cher Marc Michel Bousquet & Compagnie – 1738, Lettre 108, II vol., pp. 161-171

POLÍTICA E ECONOMIA

«Ficou dito atrás que os teares da Covilhã já não trabalham e estão abandonados, apesar das vantagens que deles poderiam advir ao reino. O motivo de tal procedimento é político e revelou-mo o velho marquês de Fronteira, intendente geral da Moeda, da Fazenda e da Marinha do Reino, num dia de boa disposição, que nele é rara no convívio com estrangeiros.

Eis o que esse senhor me disse: – Os estrangeiros que apresentam memórias ao rei para enriquecer o país pela agricultura e pelas manufacturas têm sido numerosos. Ignoram todos que os empreendimentos que propõem não convêm por forma alguma ao bem do Estado nem à tranquilidade dos naturais. Deus fez-nos donos do ouro que extraímos do Brasil sem quase ser necessário cavar. Se esse ouro estivesse em Portugal,

teríamos todas as manufacturas que existem na França e na Inglaterra porque as nossas riquezas nos permitiriam, e mais do que a qualquer outra nação, construir praças fortes com numerosas guarnições. Como, porém, o nosso ouro está no Brasil, a mais de duzentas léguas para o interior, tomando os estrangeiros os nossos portos poderiam facilmente privar-nos do desfrute de tais tesouros. Nada disso, nem de semelhante, podemos temer enquanto os ingleses dispuserem do nosso país como um escoadouro dos produtos das suas terras e da indústria dos naturais dos seus reinos. Nestas condições, proteger-nos-ão e não-de derramar o seu sangue até à última gota para nos defenderem de quem se atreva a atacar-nos.

Sem nós, os ingleses não poderiam viver; proporcionamos-lhes mais lucros que todas as outras nações juntas; e eles são os únicos que dão valor aos vinhos e produtos portugueses. Tudo temos a temer dos franceses que podem fazer-nos guerra sem que o seu comércio sofra com isso; e a França não hesitaria em nos atacar se não receasse que os ingleses nos viessem defender. E não se encontrariam sós, porque em tal conjuntura seriam auxiliados por outras potências marítimas que daqui apenas podem recolher o resto das moedas de ouro que os ingleses lhes deixam. Em verdade, os ingleses deixam às outras nações o menos que podem; e se não levam tudo, é por mera política que assim procedem, pois possuem toda a qualidade de mercadorias que nos convêm, produzindo-as em quantidades que vão além das que consumimos. Por outro lado, os ingleses não querem absorver todo o nosso ouro por receio das outras nações, as quais se

sentiriam lesadas e poderiam invadir o Brasil. Nesse caso, os ingleses não seriam suficientemente fortes para nos defenderem, porque a Espanha não deixaria de intervir, invadindo-nos para nos dominar.

Pela mesma razão não exploramos as minas de cobre do Algarve, as minas de prata e de estanho das partes setentrionais ao reino nas proximidades do Guadiana, na *Via da Plata*, embora essas minas sejam abundantíssimas. Para despertar a inveja dos nossos vizinhos bastam as riquezas do Brasil. Se explorássemos as minas de estanho e de chumbo que possuímos, arruinariamos um dos ramos do comércio inglês.

É preciso também atender à Suécia, que nos fornece o cobre que também os mouros nos vendem. Até aos holandeses, outrora nossos inimigos, e que tanto mal nos fizeram, lhes compramos diversas mercadorias, entre elas o salitre, embora nos arredores de Lisboa o haja em abundância.

Não somos tão tolos que não reconheçamos as grandes vantagens que poderíamos obter com os diversos projectos que nos propõem, mas a razão de Estado não o permite. Acusam-me de não estimar os estrangeiros, mas isso não é verdade. Como a nossa força não mete medo, a minha opinião é a de que devemos fazer todo o possível para viver em paz com toda a cristandade e governarmo-nos de maneira que, se uma parte das nações que a compõem se conjurar em perder-nos, a outra parte, movida pelo próprio interesse, se veja obrigada a defender-nos. Também disparatamente nos censuram por não nos entendermos bem com os franceses, que ajudaram a libertar-nos do jugo espanhol. Enganam-se; gostamos

mais deles que dos ingleses. Casam-se com as nossas filhas, são da mesma religião e amigos; mas a ajuda dos ingleses é para nós mais útil que a amizade dos franceses. Estes, se não tivermos tento, podem ligar-se com os espanhóis e dividirem o bolo entre eles, sendo seus monarcas da mesma Casa, com o que arruinariam os ingleses tanto como a nós.

Tenho estado a falar-vos com o coração nas mãos, mas como sois suíço, pertencendo a um país que não tem interesse em brigar connosco, considero não ser imprudência revelar-vos o segredo político em que assentam a nossa tranquilidade e a nossa ventura.»

Memoires instructifs pour un voyager dans les divers États de l'Europe – Contenant des Anecdotes curieuses très propres à éclaircir l'Histoire du Temps, avec des Remarques sur le Commerce et l'Histoire Naturelle – *Amsterdam, chez H. da Salzet, 1738 (atribuída ao naturalista Merveilleuxriez.)*

POBREZA E PREGUIÇA

«Os portugueses são pouco activos e o que eles chamam o seu sossego é considerado entre nós como preguiça. Só a absoluta necessidade, a necessidade premente da subsistência, os pode tirar desta apatia. São pouco industriosos e a maioria dos artistas e artífices que trabalham em Portugal são estrangeiros. Contudo, em vez de capricharem em concorrer com os seus êxitos e as vantagens que eles tiram das suas habilidades, elogiam-nos e encorajam-nos, parecendo temer que, por qualquer forma, estes recursos lhes venham a faltar e

não sejam eles a ter de os substituir. Daí a extrema pobreza do povo que frequenta e facilmente se afasta dos princípios que ditam o procedimento correcto.»

Mentelle – Géographie comparée ou analyse de la géographie ancienne et moderne – *Paris, 1784, p. 178*

GOVERNO E NAÇÃO

«O português, pela sua estatura, cor de pele e corpulência, assemelha-se ao espanhol. Consideram-no, geralmente, com menos aptidão para as ciências e com menos vigor. Quanto a virtudes, também é menos dotado. Contudo, não é justo que se negue engenho, entendimento e finura aos portugueses, pois até são tidos como astutos.

Não ocultarei que os estrangeiros fazem deles uma ideia desvantajosa; mas presumo que os defeitos que lhes imputam ou supõem não existem senão num certo número de indivíduos e que, na maioria de outros, é consequência do seu governo que ainda não conseguiu desenvolver na nação toda a energia de que ela é capaz. No entanto as suas virtudes guerreiras têm sido aumentadas até ao heroísmo.»

Mentelle – ob. cit., p. 127.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

LIVROS DE VIAJANTES ESTRANGEIROS EM PORTUGAL NO SÉCULO XVIII

Dialogues de Monsieur le Baron de Lahontan et d'un Sauvage, dans l'Amérique. Contenant une description exacte des mœurs et des coutumes de ces peuples sauvages. Avec les voyages du même en Portugal & en Danemarck, dans les quels on trouve des particularitez très curieuses, & que on n'avoit point encore remarquées. Le tout enrichi de Cartes & de Figures. *A Amsterdam, chez La veuve de Boetman*, 1704.

(A viagem em Portugal encontra-se de pp. 105 a 136)

Les Délices de Espagne & du Portugal où l'on voit une description exacte des antiquités des provinces, de la religion, des mœurs des habitants, de leurs fêtes, par Juan Alvarez de Colmenar – *Leyde P. Vander*, 1707, 4 vol.

(Portugal no tomo IV)

Description de la ville de Lisbonne où l'on traite de la cour de Portugal, de la langue Portugaise, & des Moeurs des Habitans; du Gouvernement, des Revenus du Roi & de ses Forces, par Mer & par Terre; des Colonies Portugaises, et du Commerce de cette Capitale. *A Paris, chez Pierre Prault*, 1730.

Memoires instructifs pour un voyageur dans les divers états de l'Europe – 2 vol., *Amsterdam*, 1738.

(A autoria desta obra é, averiguadamente, do naturalista Merveilleux)

Etienne de Silhouette – Voyage de France, d'Espagne, de Portugal, etc., 4 vol. – *Paris*, 1768.

État présent du Royaume de Portugal, en l'année MDCCLXVI – *Lausanne, chez F. Grasset & Comp.* – *MDCCLXXV*.

(Esta obra é da autoria do general Dumouriez)

État présent du Royaume de Portugal – Nouvelle édition corrigée et considérablement augmentée. *Hamburg* 2.º, Veneza, 1763.

(É a segunda edição da obra imediatamente anterior, com rectificações e aditamentos)

Le Memorie di Giuseppe Gorani – II – Corti e Paesi (1764-1766) – *A. Mondadori-Milano* – Col. Settecentesca.

Lettere Familiari di Giuseppe Baretti a suoi tre Fratelli Filippo, Giovanni e Amadeo – 2 vol. (1º, Milão, 1762 – 2º, Venesa, 1763)

A Journey from London to Genoa, through England, Portugal, Spain and France, By Joseph Baretti, 4 vol., London MDCCLXX.

Travels through Portugal and Spain in 1772 and 1773, By Richard Twiss, esq. With copper-plates and an appendix – *London, printed for the author and sold by G. Robinson, T. Becker and Robson* – 1776.

Voyage en Portugal et en Espagne fait en 1772 et 1773 par Richard Twiss, gentilhomme anglais, et. etc. – *Berne, chez la Société Typographique*, 1776.

Major William Dalrymple – Travels through Spain and Portugal in 1774, with a short account of the

Spanish Expedition against Algiers in 1775 – *Dublin*, 1777.

Voyage en Espagne et en Portugal dans l'année 1774 avec une relation de l'expédition des Espagnols contre les algériens, en 1775, par le major William Dalrymple, traduit de l'anglais, par un officier français – *Paris*, 1783.

Nouveau Voyage en Espagne et en Portugal – Traduit de l'Anglois, par un officier français – Ouvrage rempli d'Anecdotes curieuses & peu connues sur les moeurs, le caractère et le gouvernement de ces deux Nations, etc. etc. – *A Bruxelles, Et se trouve a Paris chez Volland, Libraire, quai des Augustins N° 25* – 1787.

Tableau de Lisbonne en 1796; suivi de lettres écrites de Portugal sur l'état ancien et actuel de ce Royaume – *Paris - H. J. Jansen* – An. VI (1757).

(Atribuída com segurança a J. B. F. Carrère)

Voyage en Portugal et particulièrement à Lisbonne ou Tableau Moral, Civil, Politique, Physique et religieux de cette capitale, etc. etc. – *Paris – Deterville* 1798.

(Também atribuída a J. B. F. Carrère)

J. C. Murphy – Travels in Portugal, through the Provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura and Alentejo in the years 1789 and 1790 etc. *London*, 1795.

Idem – Voyage en Portugal atravers les provinces d'Entre Douro et Minho, de Beira, d'Estremadura et Alentejo dans les années 1789 et 1790 etc. etc. – *A Paris*, 1797.

Voyage du ci-devant duc du Châtelet en Portugal etc. etc. -Paris – Buisson, an VI de la République (1798) 2 vol.

(Esta obra pode atribuir-se com muita probabilidade de acerto a Desoteux)

Arthur William Costigan – Scketches of Society and Manners in Portugal, in a series of letters – *London* 2 vol. – 1787.

(Com segurança se pode atribuir esta obra ao brigadeiro Diogo Ferrier, oficial escocês ao serviço de Portugal)

Idem – Lettres sur le gouvernement, les moeurs et les usages en Portugal – *Paris*, 1811.

Link – Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799, trad. de l'allemand – *Paris* 1808, 3 vol.

Robert Southey – Letters written during a short residence in Spain and Portugal – *Bristol* 1797.

Idem – Journals of a Residence in Portugal – 1800-1801 and Visit to France 1838 – Supplemented by Extracts from his correspondence – Edited by Adolfo Cabral – *Oxford at Th. Clarendon Press* – 1960.

W. Beckford – Italy, with Sketches of Spain and Portugal – By the Author of «Vathek» – 2 vol. – *London* 1934.

Idem – Recollections of a excursion to the monasteries of Alcobaça and Batalha – *London*, 1835.

Idem – The Journal of William Beckford in Portugal and Spain – 1787-1788 – Edited with an introduction and notes by Boyd Alexander – Rupert Hart Davies, Soho Square, *London*, 1954.

Collection Portugaise – Sous le patronage de L'Institut Français en Portugal – William Beckford,

Excursion a Alcobaça et Batalha – Texte de l'édition originale – Traduction, introduction et notes par André Parreaux – Préface de Guy Chapman – *Société d'Éditions «Les Belles Lettres», Paris – Livraria Bertrand – Lisbonne – 1956.*

TRADUÇÕES PORTUGUESAS

Portugal em 1760 – Cartas Familiares (XV a XXXVIII) de José Baretta, traduzidas do italiano por Alberto Teles – *Lisboa MDCCCXCVI.*

Giuseppe Baretta – Cartas de Portugal. Traduzidas, prefaciadas e anotadas por Maria Eugénia de Montalvão Freitas Ponce de Leão – *Coimbra, 1970.*

José Gorani – Portugal – A Corte e o País nos anos de 1765 a 1767 – Tradução, prefácio e notas por Castelo Branco Chaves – Coleção «Portugal visto pelos estrangeiros» – *Ática, Lda. – Lisboa, 1945.*

Arthur William Costigan – *Cartas de Portugal – 1778-1729* – Tradução, prefácio e notas por Augusto Reis Machado – Coleção «Portugal visto pelos estrangeiros» – *Ática, Lda. – Lisboa – 2 vol.*

W. Beckford – A Corte da Rainha D. Maria I. Correspondência de – *Lisboa, 1901.*

Diário de William Beckford em Portugal e Espanha. Introdução e notas de Boyd Alexander – Traduzido por

João Gaspar Simões – com um prefácio do tradutor –
Empresa Nacional de Publicidade – Lisboa s/d.

O Panorama – Vol. XII (Cartas de Beckford,
traduzidas por Meira e artigo de Rebelo da Silva sobre
Beckford).

VÁRIA

Abbé Prevost – Histoire Générale des Voyages ou
nouvelle collection de toutes les relations de voyages par
mer et par terre qui ont été publiées jusqu'à présent, etc.
etc. – *Paris, chez Didot* – 1746-1789.

Baron de Bougainville – Voyage autour du monde,
par la frégate du Roi *la Bouteuse* et la flûte *l'Étoile* en
1766, 1767, 1768 et 1769 – *Paris, Chez Saillant et Nyon* -
1771.

Montesquieu – Lettres persanes.

Marquis d'Argens – Lettres Juives.

Comte d'Albon – Discours sur l'histoire, le
gouvernement, les usages, la littérature et les arts de
plusieurs nations de l'Europe – Genève, 1782.

Joseph Vaissete – Géographie historique,
ecclésiastique et civile – *Paris*, 1755.

W. Gutherie – Nouvelle Géographie Universelle –
Paris, 1802.

De la Croix – Nouv. Méthode pour apprendre la
géographie, 1705.

Abrégé de géographie ou méthode pour apprendre
etc. etc. – *Rouen* 1716.

Méthode abrégée et facile pour apprendre la
géographie – *Paris*, 1758.

NOTAS

¹ *Histoire de la Révolution Française*, ed. Pléiade, I vol., p. 860.

² *État Présent du Royaume de Portugal*, Hambourg, 1797, p. 208.

³ Idem, pp. XXIII e XXVII.

⁴ Ver Sanchez Moguel, *Reparaciones Históricas*, 1.^a série, capítulo *Historia de un libro*, pp. 189 e seg., Madrid 1894; Fidelino de Figueiredo, *Crítica do Exílio*, Lisboa, 1930, *Capítulo Ciência e Espionagem*, pp. 155 e segs; *Viajantes Espanhóis em Portugal*, textos do século XVIII publicados e prefaciados por Fidelino de Figueiredo, Universidade de S. Paulo, Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, vol. LXXXIV, Letras, n.º 3, 1947.

⁵ ELOGIO HISTÓRICO DE GUILHERME LUIZ ANTONIO DE VALLERÉ, *Recitado na sessão pública da Academia Real das Ciências de Lisboa, de 20 de Janeiro de 1798, por Francisco de Borja Garção STOCKLER, secretário da mesma Academia, membro da Sociedade Philosophica de Philadelphia, etc.; Publicada de novo, com várias Anotações, anedotas da sua Vida, e a refutação do que se acha escrito na BIBLIOTECA BRITANICA acerca delle por D.*

Maria Luiza de Valleré, sua Filha – Paris. Na officina de Firmin Didot, impressor-livreiro e abridor da Imprensa Imperial, Rua de Thionville, n.º 10, 1808 (edição bilingue, português-francês).

⁶ *Idem*, p. 208.

⁷ H. Amorim Ferreira – *Os Açores, Setúbal e Lisboa vistos por uma dama escocesa em 1774-76*, Lisboa, 1947, p. 34.

⁸ Ver Castelo Branco Chavro – *Murphy em Portugal – algumas chegadas biográficas e duas cartas inéditas*, Porto, 1954.

⁹ *Inéditos – Miscelânea*, 1914, p. 211.

¹⁰ *Voyage du ci-devant duc du Châtelet en Portugal*, I vol., p. III.

¹¹ *Portugisisk Resa*, II vol., Carta 16, trad. António Feijó – *Diário de Notícias*, 22 de Março de 1908.

¹² *Voyage en Portugal, depuis 1797 jusqu'en en 1799*, Paris, 1803 – I vol., pp. IX e X.

¹³ *Idem*, id.

¹⁴ The Journal of William Beckford in Portugal and Spain – 1787-1788, London, 1954, pp. 285-286.

¹⁵ *Mi vida y otros recuerdos personales*, I vol., p. 197.

¹⁷ *Ob. cit.*, p. XXVI.

¹⁸ *Voyage de Mons. César de Saussure en Portugal*, p. 45.

¹⁹ *Fastigia*, p. 43.

²⁰ René Bouvier-André Laffarge – *La vie napolitaine au XVIII^e siècle*, p. 48.

²¹ André Maurois – *Histoire d'Angleterre*, ed. Fayard, p. 450.

²² *Mémoires de Armand Louis de Gontaut – Duc de Lauzun*, Col. Jadis et Naguère, p. 81.

²³ *Les Correspondants de J. Joubert – 1785-1822*, Paris, 1884, p. 149.

²⁴ *Voyage du ci-devant*, etc., *ob. cit.*, I vol., p. 12.

²⁵ *Ob. cit.*, p. 131.

²⁶ *Mémoires du Général Baron de Marbot*, I vol., p. 12.

²⁷ *Charles de Brosses – L'Italie Galante et Familière au XVIII^e siècle*, Paris, 1885, p. 137.

²⁸ *Ob. cit.*, I vol., p. 271.

²⁹ *Ob. cit.*, pp. 44-45.

³⁰ *Ob. e ed. cit.*, pp. 37-38.

³¹ *Ob. cit.*, I vol., p. 9.

³² Trad. portug. *Cartas de Portugal*, (Collecção Portugal visto pelos estrangeiros – ed. Ática), I vol., pp. 61-62.

³³ *Idem*, II vol., p. 12.

³⁴ *Description de la ville de Lisbonne*, etc. (1730), pp. 108 a 110.

³⁵ *Ob. cit.*, p. 34.

³⁶ *Idem*, p. 31.

³⁷ *Idem*, pp. 31 a 35.

³⁸ *Ob. cit.*, p. 90.

³⁹ *Giuseppe Barretti – Cartas de Portugal*, traduzidas, prefaciadas e anotadas por Maria Eugénia de Montalvão Freitas Ponce de Leão, Coimbra, 1970, p. 84.

⁴⁰ *Idem*, p. 85.

⁴¹ *Voyage en Portugal et en Espagne fait en 1772-1773 par Ricahrd Twiss*, etc. – Berne, p. 35.

⁴² *Nouveau Voyage en Espagne et en Portugal*, etc., Bruxelles, 1787, pp. 209-210.

⁴³ *Ob. cit.*, mesma edição, p. 164.

⁴⁴ Trad. cit. I vol., p. 138.

⁴⁵ *Ob. cit.*, texto, I vol., pp.70-73.

⁴⁶ Voyage en Portugal, p. 296.

⁴⁷ *Ob. cit.*, I vol., p. 141.

⁴⁸ *Lettres sur le gouvernement, les moeurs et les usages en Portugal*, etc. pp. V a VII.

⁴⁹ *Narcóticos*, 2.^a edição, II vol., p 16.

⁵⁰ *Idem*, id., p. 43.

⁵¹ *O Bairro Alto*, 2.^a ed., II vol., p. 115.

⁵² *O Panorama*, vol. XII.